

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

RÉGIS LEONARDO GUSMÃO BARCELOS

**EMPREGO DE JOVENS TRABALHADORES EM ATIVIDADES
INFORMACIONAIS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES**

Porto Alegre, 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

RÉGIS LEONARDO GUSMÃO BARCELOS

**EMPREGO DE JOVENS TRABALHADORES EM ATIVIDADES
INFORMACIONAIS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES**

Monografia submetida ao Departamento de Sociologia como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.
Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Karam Guimarães.

Porto Alegre, 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A Banca Examinadora resolveu atribuir o conceito.....ao aluno Régis Leonardo Gusmão Barcelos na disciplina HUM 04823 – Trabalho de conclusão – Sociologia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Profa. Sônia M. K. Guimarães, Dra.
(Orientadora)

Profa. Marilis Lemos de Almeida, Dra.
(Membro)

Prof. Sandro Rudit Garcia, Dr.
(Membro)

Ao meu pai, Nelson Barcelos (In memorian).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Professora Sônia Maria Karam Guimarães, com quem tive a oportunidade e o privilégio de trabalhar como bolsista, e cuja atenção e dedicação foram fundamentais para minha formação. Agradeço aos professores Sandro Rudit Garcia e Marilis Lemos de Almeida por aceitar compor a banca de avaliação, e pelas críticas sempre construtivas em salões de iniciação. Agradeço a Professora Clarissa Eckert por contribuir para a construção do projeto dessa pesquisa. Agradeço aos meus amigos de bolsa pelas discussões: Maria Salas, Fagner Moura, Simone Adriana da Silva. Agradeço aos meus amigos Daniel Mocelin e Luis Fernando Corrêa, pelos incentivos e contribuições, que foram fundamentais para a meu desenvolvimento acadêmico. Agradeço ao apoio institucional do CNPq que viabilizou minha introdução na pesquisa. Agradeço aos meu familiares, em especial a minha mãe Eva Gusmão, pelo exemplo de dedicação ao trabalho. Agradeço a minha irmã Marla pelo carinho e pelos incentivos sempre importantes.

RESUMO

O presente estudo analisa a inserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, no Rio Grande do Sul, destacando a influência do perfil sócio-ocupacional e da escolaridade sobre as condições de emprego, em atividades informacionais. Os dados utilizados provieram de fonte secundária fornecida pelas bases estatísticas oficiais da (RAIS-CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE). Utilizou-se o método de pesquisa social empírica, através da análise das condições de emprego entre jovens e trabalhadores não-jovens. A definição de jovem baseou-se em critérios de delimitação etária, entre 18 e 29 anos. A partir dos resultados, demonstrou-se que tais atividades têm se caracterizado por oferecer oportunidades de inserção no mercado de trabalho para os jovens, porém essa inserção ocorre de duas formas: por um lado, os jovens apenas se inserem nessas atividades, por outro lado, alguns acabam profissionalizando-se. Essa diferenciação na inserção ocupacional de jovens ocorre devido, não apenas à faixa etária - pode-se caracterizar os jovens em dois segmentos distintos - mas também à escolaridade, especialmente quando adquirem formação superior. Os primeiros apresentam uma inserção menos sólida, embora não se possa dizer que tenham condições precárias de trabalho, enquanto que os segundos apresentam condições de emprego privilegiadas, praticamente semelhantes às condições de trabalhadores mais experientes. A hipótese que orienta o estudo sugere que quanto mais próximo do novo cenário de emprego estiver um setor, mais sólida tenderá ser a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Essa hipótese foi parcialmente confirmada, visto que se descobriu que as condições de emprego dos jovens trabalhadores empregados no setor de Telecom fundamentam dois grupos distintos, um grupo de *jovens inseridos*, em condições laborais mais frágeis, porém encontrou-se outro grupo de *jovens profissionalizados*, com inserção mais sólida. Assim, argumenta-se que existe a necessidade de diferenciação da categoria “jovem” e que em atividades informacionais existe um cenário de empregos favoráveis para jovens, porém com capacitações exigidas pelo ramo produtivo.

Palavras-chave: Telecomunicações, Mercado de trabalho, Jovem.

SUMÁRIO

RESUMO	6
1. INTRODUÇÃO	8
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
3. NOVOS CENÁRIOS DE EMPREGO PARA JOVENS	19
3.1. CONCEITO DE JUVENTUDE	19
3.2. JOVENS E TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE EMPREGO	21
4. O NOVO CENÁRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL	29
5. JOVENS NAS TELECOMUNICAÇÕES: DA INSERÇÃO À PROFISSIONALIZAÇÃO.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
8. ANEXOS	54

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a inserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, no Rio Grande do Sul, destacando a influência do perfil sócio-ocupacional e da escolaridade sobre as condições de emprego, em atividades informacionais. Diferentemente de grande parte da literatura (MARTINS, 1997; GUIMARÃES, 2006; ROCHA, 2008) que argumentam que os jovens estão entre os grupos mais suscetíveis às taxas de desemprego, aos menores rendimentos e a maior precarização nos empregos, no presente estudo argumenta-se que as telecomunicações configuram-se como novos e diferenciados cenários de empregos, sobretudo caracterizados por elevada participação de jovens, inseridos em condições sólidas de emprego, desde que apresentem algumas características sócio-ocupacionais compatíveis às exigências desses ramos produtivos.

No presente estudo analisaram-se algumas atividades informacionais (ver definição na pag. 10) próprias do setor de telecomunicações, tais como atividades responsáveis pela operação de provedores de acesso à internet e rede de telecomunicações, como novos cenários de emprego para jovens. Demonstra-se que tais atividades têm se caracterizado por oferecer oportunidades de inserção no mercado de trabalho para os jovens, porém essa inserção ocorre de duas formas: por um lado, os jovens apenas se inserem nessas atividades, por outro lado, alguns acabam profissionalizando-se. Essa diferenciação na inserção ocupacional de jovens ocorre devido, não apenas à faixa etária - pode-se caracterizar os jovens em dois segmentos distintos - mas também à escolaridade, especialmente quando adquirem formação superior. Ou seja, podem-se observar novos cenários de emprego para os jovens neste ramo produtivo, sendo que uns caracterizam-se como *jovens inseridos* e outros como *jovens profissionalizados*. Os primeiros apresentam uma inserção menos sólida, embora não se possa dizer que tenham condições precárias de trabalho, enquanto que os segundos apresentam condições de emprego privilegiadas, praticamente semelhantes às condições de trabalhadores mais experientes.

Estudos têm evidenciado que os jovens estão entre as categorias populacionais com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho (MARTINS, 1997; GUIMARÃES, 2006; ROCHA, 2008). Os argumentos sugerem ser o contexto de emprego para os jovens inevitavelmente composto por indicadores desvantajosos e

insuficientes para o estabelecimento de uma relação típica de emprego, visto que os jovens constituem o grupo mais suscetível ao desemprego, aos baixos rendimentos e a taxas superiores de rotatividade. A fragilização dos vínculos ocupacionais ocorreria em razão das condições dos jovens no mercado de trabalho, visto que ocupam empregos precários, com baixa remuneração, em ocupações mais simples, com alta rotatividade, e por inserirem-se em atividades informais. Diante disso, cria-se um cenário de emprego sombrio, caracterizado pela baixa perspectiva profissional para jovens no mercado de trabalho.

Numa perspectiva distinta, existem orientações teóricas que não se restringem aos aspectos precarizantes em emprego para jovens, mas apresentam também aspectos favoráveis à inserção e integração laboral (DERMOTT E FENTON, 2008; CELLI E OBUCHI, 2002). Além do destaque para os aspectos relativos ao nível educacional e aos diferentes grupos ocupacionais dos jovens, salienta-se que não existem exclusivamente fatos que possam apresentar um cenário de incertezas e riscos à inserção dos jovens. O fato de ser “jovem” no mercado de trabalho não necessariamente caracteriza um aspecto que determina negativamente a inserção ocupacional e profissional.

A partir dos resultados verificou-se que as condições de emprego entre os dois grupos de jovens trabalhadores apresentam diferenças significativas. Entre os *jovens inseridos* predominam condições de emprego caracterizadas pelos mais baixos rendimentos, pelos níveis ocupacionais menos complexos e pela maior instabilidade no emprego. Porém, por outro lado, os *jovens profissionalizados* encontravam-se em condições de emprego muito diferenciada em comparação ao grupo anterior. Ao contrário dos jovens inseridos, entre os jovens profissionalizados verificou-se que as condições de emprego são relativamente mais sólidas e favoráveis. Entre os jovens profissionalizados encontraram-se níveis mais elevados de rendimentos, inseridos em ocupações mais complexas e com maior estabilidade no emprego.

No que se refere à comparação das condições de emprego entre os jovens trabalhadores profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos, verificou-se semelhanças em todos os indicadores. Observou-se que a distribuição das faixas de remuneração é semelhante entre o grupo de jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens. Além disso, os níveis ocupacionais em que os jovens profissionalizados estão inseridos são semelhantes à distribuição das ocupações preenchidas pelos trabalhadores não-jovens. Por fim, no que concerne ao tempo de

emprego entre os dois grupos, observou-se que os jovens profissionalizados apresentam poucas diferenças com relação ao tempo de permanência nos empregos, em comparação aos trabalhadores não-jovens. No quadro geral, existem mais semelhanças do que diferenças entre esses dois grupos etários entre os jovens profissionalizados e trabalhadores não-jovens.

Logo, as perspectivas contextualistas que salientam a ocorrência de uma diversidade de condições dos jovens no mercado de trabalho é mais elucidativa para esse estudo, na medida em que não caracteriza os jovens no mercado de trabalho como um grupo sujeito exclusivamente a condições subalternas e precárias, mas que a situação deles depende da escolaridade e das atividades realizadas por um determinado mercado demandante. O fato das perspectivas generalistas analisarem os jovens como o grupo com maiores desvantagens no mercado de trabalho, torna-se limitada para essa pesquisa, visto que os dados correspondem à jovem com baixas condições sociais e com baixa escolaridade.

Nesse sentido, o setor de telecomunicações foge à regra, visto a significativa participação de trabalhadores com até 29 anos, que representava 48,2 %, em 2004, enquanto que, em 1994, o número de empregados nessa faixa representava 18% dos empregados. Ou seja, Transcorrido mais de uma década, esse grupo de trabalhadores passou a representar quase 50% do contingente de trabalhadores empregados em atividade de telecomunicações.

No Brasil, o setor de telecomunicações caracterizou-se por mudanças que atingiram tanto a organização das empresas quanto a sua estrutura de emprego. No recente período, destaca-se a renovação do contingente de empregados do setor¹ e grande inserção de jovens com capacitações informacionais. Número significativo de estudos foram realizados sobre as mudanças organizacionais do setor de telecomunicações, provenientes de um longo processo internacional de reestruturação produtiva, o qual no caso brasileiro ocorre, principalmente, a partir de 1997. Além do destaque para as mudanças organizacionais e de regulação das telecomunicações, como os processos de desregulamentação, privatização e renovação de sua base tecnológica, implicações importantes ocorreram no perfil dos trabalhadores e em suas condições de emprego (GUIMARÃES, 2003; RUDUIT, 2002; SILVA 2006; MOCELIN, 2007).

¹ Ver estudos sobre as mudanças decorrentes da reestruturação do sistema de telecomunicações em Guimarães (1998, 2003) e Mocelin (2006, 2007).

No Brasil, a reestruturação nas telecomunicações implicou em duas novas mudanças. A primeira refere-se ao fato da ampla inovação tecnológica e expansão comercial das telecomunicações ter criado um contexto para o surgimento de cenários de emprego que demandam trabalhadores capacitados em tecnologias informacionais e capazes de utilizar sua criatividade. Da mesma forma, encontramos perfis sócio-ocupacionais diversificados e inseridos em condições de emprego diferenciadas das condições predominantes do mercado de trabalho no Brasil. A diferença entre as condições de emprego nas telecomunicações e outros setores explica-se, entre outros fatores, devido ao fato dos trabalhadores se inserirem em atividades que envolvem conhecimento de caráter complexo (SILVA 2006; MOCELIN 2006).

Esse estudo justifica-se por buscar preencher a lacuna de investigações sobre juventude e mercado de trabalho. Essa afirmação é mais significativa se considerar-se as investigações sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho, as quais têm focado, especialmente, os jovens menos qualificados e que encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Nesse estudo, diferentemente, aborda-se o caso de jovens integrados num mercado de trabalho específico, moderno e que, pressupõe-se, signifique inserção mais sólida. Nessas atividades, devido ao fato de ser profissionais auto-programáveis a frequência de mudanças de empregos não caracteriza necessariamente limitações, mas oportunidades em outros segmentos informacionais, o que possibilita a construção de relativa solidez em suas trajetórias ocupacionais. Neste sentido, analisa-se as condições de trabalho de jovens trabalhadores, o que permite chegar à conclusão de que essa inserção apresenta-se de formas diferenciadas, antes referidas.

Discussões relativas ao jovem e sua relação com o mercado de trabalho enfatizam as mais altas taxas de desemprego, às condições precárias de trabalho e a falta de perspectivas profissionais para jovens (MARTINS, 1997, 2001; ROCHA, 2008; GUIMARÃES, 2006). No entanto, a limitação dos resultados dessas investigações perde sua capacidade analítica na medida em que o tema é tratado de forma abstrata, como por exemplo, a inserção de jovens no mercado de trabalho, em geral. Por outro lado, existem estudos que tratam desses aspectos, mas ampliam a dimensão analítica e exploram outros elementos que influenciam a relação dos jovens com as restrições e oportunidades de emprego (FENTON E DERMOTT, 2008; CELLI E OBUCHI, 2002).

Porém, não há pesquisas sobre jovens com vínculos ocupacionais em setores específicos. Poucas pesquisas detiveram-se sobre a situação dos jovens em contextos

específicos de emprego, abordagem que articula a análise do emprego de jovens, em condições econômicas particulares, em dinâmicas ocupacionais peculiares.

No que se refere aos estudos nas telecomunicações, apesar da importância dos estudos sobre as relações interfirmas, terceirização, privatização, dinâmicas de emprego e sindicatos, a expansão da participação de jovens, entendida como uma importante categoria na composição desse mercado de trabalho, não mereceu atenção destacada dos estudiosos, que apenas referiram essa situação, sem, contudo, aprofundar-se sobre ela. No cenário das telecomunicações, os jovens trabalhadores não foram ainda objeto específico de investigação. Estudos sobre a situação dos jovens e suas condições de emprego foram abordados pela literatura, sobretudo, como uma dimensão de análise, dentre outras, sem focalizar a problemática dos jovens como categoria especial de análise (por exemplo, MOCELIN, 2006, 2007). Propor uma pesquisa com tal foco contribuiu para as investigações sobre o setor referido, além de tratar de um contingente específico de empregados nesse mercado de trabalho, como antes mencionado.

Após destacar alguns elementos de estudos sobre jovens, mercado de trabalho e telecomunicações, foi a partir das condições de emprego em atividades informacionais e das características dos jovens que se constituiu o fio condutor dessa pesquisa. Assim, diante de um cenário de emprego caracterizado pela inovação tecnológica, expansão comercial dos serviços e pela exigência de trabalhadores com capacitações em tecnologias informacionais, *como se estabelecem as condições de emprego de jovens no setor de telecomunicações, em atividades informacionais?*

Os objetivos dessa investigação foram analisar o setor de telecomunicações como um novo cenário de emprego para jovens em atividades que demandam profissionais capacitados e com conhecimentos informacionais. Além do objetivo geral, o objetivo específico foi analisar as condições de emprego de trabalhadores *jovens* empregados no setor de telecomunicações em comparação as condições de trabalhadores *não-jovens*.

A hipótese que orienta o estudo sugere que quanto mais próximo do novo cenário de emprego estiver um setor, mais sólida tenderá ser a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Essa hipótese foi parcialmente confirmada, visto que descobriu-se, como anteriormente destacado, que as condições de emprego dos jovens trabalhadores empregados no setor de Telecom fundamentam dois grupos distintos, um grupo de *jovens inseridos*, em condições laborais mais frágeis, porém encontrou-se outro grupo de *jovens profissionalizados*, com inserção mais sólida. Todavia, a

recorrência de jovens em condições menos sólidas de inserção no mercado de trabalho não descaracteriza o setor como um novo cenário de emprego para os jovens, visto que há uma compensação consistente de valorização de jovens que são mais instruídos e que acabam conseguindo ocupar empregos em condições laborais semelhantes a de trabalhadores mais experientes, *não jovens*.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as atividades informacionais compreendem todas as atividades relacionadas aos seguintes tipos de atividades: (1) provedores de acesso às redes de comunicação, ou seja, as atividades que possibilitam o acesso direto de usuários às informações armazenadas em computadores, produzidas através de redes de telecomunicações, tais como os provedores de acesso à internet; (2) provedores de voz sobre e protocolo internet (VOIP), responsáveis pela transmissão de voz digital através de rede de internet; (3) serviços de rede especializado, para provimento de serviços de comunicações de voz, dados e imagens; (4) serviços de estabelecimento de redes de telecomunicações para grupos de pessoa jurídica com atividade específica; (5) atividades de instalação e manutenção das conexões de terminais telefônicos às redes de telecomunicações públicas em prédios residenciais, comerciais e industriais (6) atividades de serviços especiais oferecidos para atender necessidades de comunicação de interesse geral, não aberto à correspondência pública, tais como, atividades de uso de satélites para rastreamento, atividades de comunicações por telemetria e atividades de operação de estações de radar.

Nesse caso, as atividades informacionais não compreendem as atividades referentes à (1) construção de estações e redes de telecomunicações; (2) instalação de cabos para instalações telefônicas, informativas e de comunicações; (3) instalação e manutenção de antenas de rádio, televisão e satélites; (4) atividades de acesso à internet por operadoras de centrais de comutação e meios de comunicação; (5) atividades de acesso à internet por sistemas de radiocomunicações com técnica celular; (6) atividades de fornecimentos de acesso à internet pelas operadoras de infra-estrutura de telecomunicações por satélite, por operadoras de televisão a cabo e por microondas; (7) provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (8) atividades de registro de domínio de endereços de internet; (9) atividades de monitoramento de sistemas de segurança; (10) atividades de serviços para escritórios virtuais e salas de acesso à internet (MTE, 2008).

Além da diferenciação entre o tipo de atividade realizado por esse segmento, entre manutenção da planta física e operação de atividades mais complexas, os empregados inseridos nas atividades informacionais compreendem os 1) Profissionais de nível técnico, capacitados em atividades mais simples, como atividades de execução

de procedimentos programados e padronizados; 2) Profissionais em serviços administrativos; e 3) Profissionais altamente qualificados inseridos em atividades mais complexas, que requer além do maior esforço do cérebro humano, capacidades de avaliação e decisão na criação e elaboração dos produtos (MTE, 2008).

Após a definição do que constituem as atividades informacionais, o passo seguinte refere-se à delimitação da categoria “jovem”. “Jovem” nesse estudo refere-se àquele empregado no grupo etário entre 18 a 29 anos de idade. Destaca-se que são jovens inseridos em relações formais de trabalho e com capacitações específicas e afins a uma determinada atividade econômica. Esse critério de delimitação baseou-se na delimitação da UNESCO (2004), que concebe o “jovem” como o grupo populacional na faixa de 15 a 24 anos (UNESCO, 2004). Como os jovens tratados nessa pesquisa são aqueles inseridos em empregos com maiores exigências educacionais, em média com escolaridade de nível médio completo, justifica-se a escolha da ampliação da idade limite até 29 anos. Além desse primeiro critério de delimitação, a vantagem de estabelecer o recorte acima de 24 anos, deveu-se ao fato de quase 50% dos empregados do setor de telecomunicações possuírem menos de 30 anos de idade (MOCELIN, 2007). Nesse caso, especificamente, as análises das dimensões relativas às condições de emprego focalizaram-se em jovens trabalhadores empregados em atividades informacionais em telecomunicações no estado do Rio Grande do Sul, no período referente ao ano de 2007.

Para entender a relação entre as características dos jovens e as suas condições de emprego em atividades informacionais, os jovens foram delimitados a partir de dois grupos etários: o primeiro grupo compreende os *jovens inseridos* entre 18 e 24 anos, e o segundo grupo os *jovens profissionalizados* entre 25 e 29 anos. A partir dessa primeira diferenciação, verificou-se o comportamento das variáveis dos empregos sobre esses dois grupos etários. Por outro lado, com o propósito de estabelecer uma análise comparativa entre o grupo de trabalhadores jovens e não-jovens, adotou-se o grupo de trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos como o grupo de controle. Os trabalhadores não-jovens compreendem todos os trabalhadores acima de 30 anos de idade, mas principalmente os trabalhadores entre 30 a 39 anos, pois, em termos de representatividade, destacam-se percentualmente juntamente como os jovens.

No que diz respeito às condições de emprego dos trabalhadores analisados foram determinados os indicadores relativos aos aspectos objetivos de sua relação com o trabalho, tais como as dimensões referentes aos rendimentos, ocupações, aspectos

relativos à relação contratual como, jornada de trabalho, contrato de trabalho e tempo de emprego.

As dimensões que constituem as condições de emprego podem ser as mais diversas, inclusive questões de ordem subjetiva dos trabalhadores. Porém, os indicadores utilizados nessa investigação buscaram expressar os aspectos objetivos e da ordem das relações formais com a atividade laboral. Além disso, grande parte dos estudos sobre mercado de trabalho destacam, entre os principais indicadores, a remuneração, a jornada de trabalho, o tipo de relação contratual e os indicadores sobre estabilidade nos empregos, expresso pelo período de permanência no emprego. Nesse sentido, os indicadores selecionados possuem grande importância por tratarem de dimensões centrais das relações de trabalho e emprego e por permanecerem como indicadores recorrentes em análises sobre mercado de trabalho e em estudos sobre dinâmicas de emprego.

Abaixo, segue quadro analítico sobre as categorias, as dimensões e os indicadores adotados nessa investigação:

Quadro 1 - MODELO DE ANÁLISE:

Conceito	Definição	Dimensões	Variáveis e indicadores
Jovem trabalhador	Jovens trabalhadores são aqueles que estão entre a idade de 18 a 29 anos. Os trabalhadores não-jovens são todos aqueles que não se enquadram nessa condição.	Idade	- Faixa etária
Perfil social	O Perfil social compreende as características dos jovens trabalhadores com relação às dimensões de gênero e o nível educacional, atributos destacáveis e diferenciadores no âmbito do mercado de trabalho formal.	Gênero	- Sexo
		Escolaridade formal	- Nível de escolaridade
Condições de emprego	Trata-se da situação formal constituída a partir das relações de trabalho, caracterizadas pelos aspectos referentes à posição ocupacional, ao nível de rendimento e a relação contratual com determinada atividade econômica.	Ocupacional	- Tipo de ocupação
		Rendimento	- Faixa de remuneração
		Contratual	- Jornada de trabalho - Contrato de trabalho - Tempo de emprego

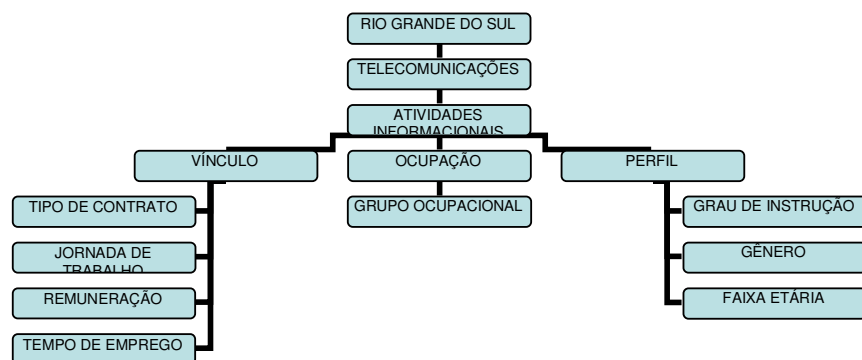
Elaboração própria.

De acordo com a problemática e o com o objeto investigado, utilizou-se os recursos oferecidos pela metodologia quantitativa baseada no método de pesquisa social empírica (SCHRADER, 2002). Ao longo das reflexões sobre o jovem como uma categoria de análise, constatou-se o potencial que a pesquisa social empírica possui para esse tipo de investigação. Diante disso, verificou-se a importância da utilização dessa metodologia, visto ser uma ferramenta pouco explorada, porém, de grande capacidade analítica para os estudos na sociologia. Como destaca Schrader (2002) sobre a importância do método da pesquisa social empírica:

O método da pesquisa social empírica nada mais é que um meio para um fim. Também a preocupação com o desenvolvimento de método e de tecnologias eficientes para a pesquisa de modo algum é expressão de uma obsessão pragmática pela perfeição. Mas apenas uma ferramenta entre outras para dar conta da tarefa colocada (Konig, 1967, p.15). A sociologia sempre quer chegar a afirmações que sejam, ao mesmo tempo, o mais: universais, complexas, específicas e determinadas possíveis (SCHRADER, 2002. p. 83)

No que concerne ao tratamento dos dados, estabeleceram-se cruzamentos entre as diferentes faixas etárias, concebidas aqui como variável independente, o grau de instrução, a partir dos níveis de escolaridade e, como variáveis dependentes, as condições de emprego tais como: rendimento, ocupação laboral, contrato de trabalho, jornada de trabalho e o tempo de emprego. A partir dos cruzamentos entre faixa etária e as demais variáveis objetivou-se analisar o comportamento das variáveis de acordo com os diferentes grupos etários e, principalmente, entre empregados jovens e não-jovens.

Segue abaixo dimensões relativas: 1) ao nível geográfico, setorial e sub-setorial; 2) às condições de emprego e 3) ao perfil dos trabalhadores investigados.



Fonte: Elaboração Própria.

O recorte do objeto empírico restringiu-se às atividades denominadas como “Outras atividades em telecomunicações”, de acordo com a classificação da (CONCLA), a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-CAGED, MTE), referente ao ano de 2007. Os dados estatísticos utilizados são referentes exclusivamente a esse segmento de atividades nas telecomunicações no estado do Rio Grande do Sul.

Os dados utilizados provieram de fonte secundária fornecida pelas bases estatísticas oficiais da (RAIS-CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE). Essas bases estatísticas fazem parte do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) programa desenvolvido pelo MTE. O PDET é um programa do Ministério do Trabalho e Emprego, que disponibiliza gratuitamente dados relativos às informações do mercado de trabalho formal no Brasil. Quanto à origem das informações, a base RAIS-CAGED constitui-se de um registro administrativo, de âmbito nacional e de caráter obrigatório para todos os estabelecimentos, inclusive aquele sem a ocorrência de vínculo empregatício no exercício, tendo tipo de declaração à denominação de Rais negativa.

3. NOVOS CENÁRIOS DE EMPREGO PARA JOVENS

3.1. CONCEITO DE JUVENTUDE

O debate sociológico sobre juventude é caracterizado pela diversidade de temáticas que vão desde os processos de transição da infância para a juventude, até os estudos realizados a partir de levantamentos de dados estatísticos relacionados à ocupação e desocupação de jovens no mercado de trabalho (CAMARANO E MELLO, 2006). No que se refere às principais linhas teóricas sobre esse objeto sociológico, identificou-se pelo menos três perspectivas que abordam os fenômenos relacionados à juventude.

Uma das contribuições teóricas sobre juventude pode ser encontrada nas reflexões de Karl Mannheim (1968), em que é desenvolvido o conceito de geração. A partir do enfoque geracional Mannheim elabora argumentos e conceitos que buscam explicitar as relações sociais provenientes da relação entre jovens e adultos. O autor baseia-se em dimensões centrais dos processos de interação como a dimensão relativa ao contexto histórico e cultural na inter-relação do jovem com as gerações anteriores. Nessa perspectiva, entre os aspectos mais debatidos em estudos sobre juventude destacam-se, entre outros: a idéia do surgimento de novos participantes do processo cultural, ou seja, o protagonismo das novas gerações em relação à menor participação dos antigos participantes desse mesmo processo (Cf. WEISHEIMER, 2009).

Perspectiva mais recente refere-se à discussão do conceito de juventude e as etapas que a constituem como os estudos de Camarano e Mello (2006). A juventude passa a ser tratada a partir dos processos sociais que envolvem a transição da juventude para a vida adulta. Entre as etapas destacadas sobre o processo de transição destacam-se pelo menos três estágios: o período de transição da juventude para a idade adulta, a partir da saída dos jovens do sistema de ensino e pela entrada no mercado de trabalho; em segundo lugar, pela saída da casa dos pais e pelo estabelecimento de um novo domicílio, e por fim, os jovens tornam-se adultos a partir da ocorrência do casamento e pelo nascimento de filho (CAMARANO; MELLO, 2006).

Em sentido mais amplo, a discussão sobre a juventude sob a perspectiva dos processos de transições é relevante, visto que busca analisar os processos juvenis enfatizando os processos sociais decorrentes de um contexto maior de integração social do jovem à vida adulta. Porém, apenas a dimensão relativa à saída do sistema de ensino

e entrada no mercado de trabalho interessa a essa investigação. Esse interesse deve-se ao fato de os jovens trabalhadores investigados no setor de telecomunicações, estarem recentemente inseridos nessas atividades e integrados nesse mercado de trabalho. A passagem do jovem do sistema de ensino à inserção ocupacional torna-se importante, porém, não suficiente para analisar o processo de integração ocupacional dos jovens. Além disso, o fato do jovem concluir a formação profissional e inserir-se no mercado de trabalho não necessariamente invalida suas características juvenis.

A terceira perspectiva sobre juventude parte da definição de jovem como uma categoria formada a partir de critérios mais simples e operacionais com relação às discussões anteriores. Nesse estudo, parte-se de uma categorização mais simples que adota a definição de jovem a partir da delimitação por grupo etário. Com relação à definição por faixa etária, existem variadas formas de recorte que não apresentam consenso, mas que se adequam conforme o contexto e as diversas etapas que compõem a juventude (BAENINGER, 1998; WAISELFISZ, 2002; UNESCO 2004). A definição de jovem assumida nesse estudo parte de uma síntese dessas formas e será para efeitos operacionais definidos como o faixa que engloba a grupo etário de 18 a 29 anos.

Essa categorização deve-se aos seguintes critérios de delimitação conceitual: a) esse grupo etário determinado compreende ao grupo populacional, tanto dos jovens que estão aptos a se inserirem em relações de trabalho formais no setor de telecomunicações, visto que a idade mínima para a contratação no setor de telecomunicações, em geral, é de 18 anos, visto que se exige o segundo grau completo em praticamente todos os cargos, pois há uma exigência de uso do computador e capacidade de comunicação pessoal.

Para isso, o conceito de jovens nesse estudo não abarcará a dimensão utilizada em aspectos relativos à socialização dos jovens, como é recorrentemente tratado na temática da sociologia da juventude, mas basear-se-á em critérios mais simples de delimitação do objeto teórico. Segundo a UNESCO (2004), os jovens compreendem o grupo populacional entre os 15 aos 24 anos de idade. Porém, a possibilidade dessa faixa de idade variar nos extremos é válida, na medida em que em regiões rurais ou em locais de extrema pobreza, a idade de quem é jovem é inferior a 15 anos, e, em regiões urbanas e mais desenvolvidas, a idade limite que separa o jovem da idade adulta tende a aumentar. Em regiões rurais ou mais pobres, geralmente os jovens inserem-se mais precocemente em atividades produtivas, pois existe maior necessidade de contribuição para a renda familiar, visto que a renda familiar é menor do que em outras regiões ou

em meios urbanos. Por outro lado, normalmente em zonas urbanas mais desenvolvidas os jovens tendem a inserir-se tardiamente em empregos, visto a maior exigência do mercado de trabalho por maior escolaridade e capacitações profissionais.

Os jovens trabalhadores concebidos para esse estudo foram os empregados inseridos em atividades informacionais no setor de telecomunicações, entre a faixa etária de 18 a 29 anos. Esse recorte etário justifica-se, pois, os jovens investigados não são aqueles que se encontram fora do mercado formal de trabalho ou em processo de inserção, mas, trata-se de jovens trabalhadores inseridos em atividades informacionais nas telecomunicações.

3. 2. JOVENS E TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE EMPREGO

Após a discussão sobre o conceito de juventude, serão apresentados os debates que envolvem a juventude e suas relações com o trabalho e as dinâmicas de emprego. Existem analistas que identificam os jovens trabalhadores como o grupo mais afetado pelas transformações do trabalho, como maior flexibilização e precarização das condições de emprego (GUIMARÃES, 2006). Por outro lado, há estudiosos que salientam a existência de um panorama propício e favorável aos jovens trabalhadores, na medida em que há uma maior margem de oportunidades de emprego (CHIESE e MARTINELLI, 1997, p. 111). Assim, a temática da juventude e em especial do jovem tem suscitado debates que vão desde pesquisas sobre educação e qualificação profissional dos jovens até o processo de inserção no mercado de trabalho (PERALVA E SPOSITO, 1997)

Estudos sobre jovens e sua relação com o trabalho tem assumido importante espaço nas discussões contemporâneas na sociologia. Pesquisas realizadas sobre mercado de trabalho enfatizam o processo de inserção do jovem no mercado de trabalho mas, não analisam as condições específicas de emprego em conjunturas e atividades econômicas particulares. Entre a produção brasileira e internacional podemos destacar duas perspectivas distintas sobre os estudos referentes à relação dos jovens com o mercado de trabalho.

A primeira linha de investigações é composta por estudiosos que partem de uma abordagem *generalista* sobre o a relação do jovem com o mercado de trabalho (MARTINS, 1997; GUIMARÃES, 2006; ROCHA, 2008). Essa perspectiva argumenta que inevitavelmente o contexto de emprego para os jovens é composto por indicadores desvantajosos e insuficientes para o estabelecimento de uma relação típica de emprego. Destaca-se que os jovens constituem o grupo mais suscetível ao desemprego, aos baixos rendimentos e às maiores taxas de rotatividade.

Por outro lado, existem orientações teóricas *contextuais* que não se restringem aos aspectos precarizantes em emprego para jovens, mas apresentam também aspectos favoráveis à inserção e integração laboral. Salienta-se que não existem fatos que possam apresentar um cenário de incertezas e riscos a inserção dos jovens, visto que aspectos relativos ao nível educacional e as ocupações laborais adquiridas pelos jovens expressam uma diversidade de situações em que se encontram no mercado de trabalho. O fato de ser “jovem” no mercado de trabalho não necessariamente caracteriza um aspecto que determina negativamente a inserção ocupacional e profissional (DERMOTT E FENTON, 2008; CELLI E OBUCHI, 2002).

No Brasil, entre os estudos sobre o processo de inserção de jovens, destacam-se as pesquisas de Martins (1997), Guimarães (2006) e Rocha (2008). Abaixo serão caracterizadas brevemente as dimensões que esses três estudiosos compartilham e as diferenças possíveis de existir entre eles.

Martins (1997) busca entender as implicações dos processos da reestruturação produtiva sobre os empregos, principalmente, empregos com interesse em mão-de-obra jovem. O empenho em estudar os jovens trabalhadores justifica-se pelo fato de constituírem o segmento que parece assumir mais diretamente as conseqüências das mudanças introduzidas tanto na organização do processo de trabalho, quanto no conteúdo de trabalho. Segundo Martins (1997), se as implicações dessas mudanças já produzem dificuldades de inserção e manutenção dos empregos entre os adultos, para os jovens o impacto torna-se maior. Isso se concretiza tanto pelo lado negativo, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, como pelo o lado positivo, visto que podem ser encarados como desafios e obstáculos a serem superados (MARTINS, 1997, pp. 99).

Para Martins (1997) entre os fatores causadores da situação precária dos jovens no mercado de trabalho destaca-se, em primeiro lugar, a diminuição das oportunidades de emprego, principalmente em decorrência da introdução de inovações tecnológicas e,

com isso, a exigência de maiores experiências e capacitações profissionais. Em segundo lugar, entre os jovens existe maior mobilidade ocupacional. A situação entre os jovens é caracterizada por uma série de condições que determinariam se seriam inseridos ou não no mercado de trabalho. Determinadas atividades exigem capacitações mais elevadas e assim os jovens passam a investir em formação, inserir-se em empregos temporários e ou, caso contrário, ficam suscetíveis ao desemprego e a inatividade.

Semelhante perspectiva encontra-se também em estudo de Guimarães (2006). De acordo com Guimarães (2006), as questões discutidas sobre juventude e mercado de trabalho, enfatizam a idéia de que o ingresso de jovens é caracterizado pelo estabelecimento de vínculos ocupacionais frágeis e transitórios. Os jovens são os mais suscetíveis de estar em contato com os novos desafios e às novas exigências do mercado de trabalho, entre os grupos populacionais. Assim, os mercados urbanos de trabalho estão estruturados de forma a ameaçar os jovens com uma reprodução duradoura da instabilidade, concretizada através de empregos precários e pelas elevadas taxas de desemprego.

Segundo Guimarães (2006), as chances dos jovens de construírem trajetórias laborais sem instabilidade é algo cada vez mais difícil. Além das mudanças no conteúdo do trabalho e da necessidade de atualização dos conhecimentos exigidos pelo mercado, aos trabalhadores jovens e adultos impõem-se as responsabilidades de gerir as incertezas e os riscos inerentes ao mercado de trabalho.

Além de identificar na literatura a predominância de estudos que descrevem a condição de precariedade do emprego, principalmente entre os jovens, entre 18 a 25 anos, Guimarães (2006) constata na busca de estabelecer padrões de trajetórias ocupacionais, entre os jovens, um tipo de *trajetória errática*, caracterizada pela entrada e saída constante no mercado de trabalho. Com isso, a situação dos jovens varia entre o emprego, desemprego e a inatividade. Enfatiza-se nas duas últimas situações, atributos ocupacionais dos jovens, relacionados à baixa qualificação e à instabilidade laboral.

Aspecto importante em estudo de Guimarães (2006) são as diferenças encontradas nas trajetórias ocupacionais entre “jovens” (16 a 25 anos), “jovens-adultos” (26 a 30 anos) e “adultos” (31 a 45 anos). Enquanto entre os jovens, as trajetórias são caracterizadas pela alta instabilidade laboral, em que se verifica um intenso movimento de entrada e saída no mercado de trabalho, entre os jovens-adultos e os adultos, esse comportamento muda significativamente. Para os últimos, a trajetória é caracterizada por vínculos mais duradouros e que expressa uma situação de trajetórias que buscam

estabilidade no mercado de trabalho. Entre os principais fatores que estariam influenciando essas diferenciações, principalmente, entre os jovens e os jovens-adultos são a baixa condição social dos jovens em comparação aos jovens-adultos, que é expressa pelo baixo nível de rendimentos extraídos do trabalho e o baixo investimento na escolaridade.

Por outro lado, no que se refere à comparação entre as trajetórias ocupacionais dos jovens-adultos e dos adultos, os achados revelam uma situação reveladora do comportamento do mercado de trabalho. Como destaca Guimarães (2006) parece que os jovens-adultos expresam posição mais favorável que os adultos no que se refere aos tipos de vínculos com o mercado de trabalho. Esse fato adquire sentido uma vez que os jovens-adultos possuem maior facilidade de manter-se em empregos formais e protegidos do que os trabalhadores adultos. Apesar disso, em termos de níveis de rendimentos entre os adultos são maiores e mais favoráveis do que as compensações entre os jovens. Porém, o mais importante a salientar é que não só a faixa etária dos trabalhadores jovens-adultos, mas a escolaridade e a experiência influenciam as suas condições de emprego no mercado de trabalho.

A partir disso, verifica-se que as trajetórias e conseqüentemente as condições de emprego variam de acordo com a faixa etária dos trabalhadores. Apesar de Guimarães (2006) concluir que há um cenário caracterizado pela crescente fragilização dos vínculos ocupacionais entre os trabalhadores, a forma como tal fenômeno atinge cada grupo em especial varia de acordo com suas características, ou seja, com o ciclo de vida em que se encontram.

Nessa perspectiva de análise, Rocha (2008) trata as questões relacionadas às formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. O primeiro aspecto salientado pela autora refere-se à elevada taxa de desocupação laboral entre os indivíduos de 18 a 25 anos. Dados fornecidos pela Comunidade Econômica Européia apresentam evidências de que a taxa de desemprego dos jovens é maior que o dobro da taxa geral, respectivamente 16,6% e 7,8%, em setembro de 2006. No caso do Brasil a taxa de desemprego dos jovens apresentou aumento de 12,6% em 1996, para 19,4% em 2005. Esses dados indicam que a evolução da taxa de desemprego dos jovens é bem mais desfavorável do que em relação à taxa geral. Em síntese, Rocha (2008) descreve os aspectos que mais caracterizam a situação dos jovens no mercado de trabalho. Entre esses aspectos destacam-se como elementos intrínsecos aos jovens, baixa escolaridade, baixa condição social, expressa pelo nível baixo de rendimentos e a falta de

experiências em empregos. Diante disso, os jovens trabalhadores acabam tornando-se o grupo mais suscetível ao desemprego e as condições precárias de trabalho tais com, inserção em ocupações temporárias, situação empregatícia suscetível de intercalação entre inatividade e desemprego; trajetórias ocupacionais não-lineares, entre outras condições de instabilidade laboral (ROCHA, 2008).

Entre os fatores determinantes das condições de emprego de jovens em comparação aos não-jovens destaca-se a experiência no emprego como o principal e mais importante. Para Rocha (2008), os jovens com maior experiência no emprego possuem maior retorno do que as compensações por meio do aumento da escolaridade.

Além da importância em destacar o fator “experiência”, torna-se exagerada a defesa da argumentação de que a experiência laboral constitua o elemento mais influente na determinação das condições dos jovens no mercado de trabalho. Verifica-se que os trabalhadores com experiência e maiores níveis de escolaridade encontram-se sob as condições de emprego mais favoráveis e menos precárias, em comparação aos trabalhadores com somente a experiência.

No entanto, a abordagem *contextual* de Dermott e Fenton (2008) e Celli e Obuchi (2002) destaca a necessidade do reconhecimento dos aspectos que podem prejudicar a inserção de jovens no mercado de trabalho. Porém, isso não pode ser creditado como atributo próprio e exclusivo dos jovens. Inclusive, existem maiores possibilidades de inserção sob melhores condições de emprego, de acordo com as novas demandas econômicas e a decorrente exigência por maiores níveis de escolaridade.

Em pesquisa realizada sobre o mercado de trabalho na cidade de Bristol na Grã-Bretanha, Dermott e Fenton (2008) constatou que a alta frequência de mudança de emprego não é uma característica distintiva da relação dos jovens com o mercado de trabalho. Partindo de estudos que destacam o prolongamento da transição do jovem para o mercado de trabalho e, principalmente, o crescimento do emprego precário para esse grupo específico, Dermott e Fenton (2008) investigaram a relação do jovem com aspectos característicos de percursos de fragmentados de emprego.

Em termos metodológicos, considerou-se o número de mudança de emprego como o principal indicador de instabilidade laboral. O segundo indicador atribuído às condições de emprego foi o tipo de jornada de trabalho. E por fim, considerou-se o tipo de ocupação o último indicador das condições de emprego. Chegou-se a conclusão de que a maior frequência de mudança de emprego está entre os jovens com menores vantagens nos empregos, ou seja, jovens com baixa escolaridade, inseridos numa

sucessão de empregos de baixa remuneração. Logo, concluíram que a ausência de um padrão dominante de incertezas, insegurança e fragmentação no mercado de trabalho é evidente pelos resultados da pesquisa. Aspectos relacionados às características pessoais e profissionais dos jovens tais como, nível de qualificação, experiências em atividades laborais e a posição ocupacional definem as oportunidades de emprego e as condições no mercado de trabalho (FENTON e DERMOTT, 2008).

Não menos importantes são as investigações de pesquisadores como Celli e Obuchi (2002) sobre jovens e adultos no mercado de trabalho. Em estudo sobre jovens e mercado de trabalho, em 18 países da América Latina, Celli e Obuchi (2002) concluíram que a escolaridade formal possui maior efeito sobre o tipo de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Apesar do fator “experiência” influenciar as condições de emprego, é a escolaridade formal que determina as condições de inserção dos jovens nos empregos.

Além disso, as recompensas no emprego, como níveis salariais e as demais condições de emprego, são semelhantes entre jovens e entre os adultos em faixas de escolaridade semelhantes. Cabe observar que as semelhanças entre as condições de emprego de jovens e adultos referem-se a partir de níveis de escolaridade acima de ensino secundário, isto é, em torno de 12 anos de escolarização concluída. Em níveis de escolaridade superior, os níveis salariais aumentam substancialmente, tanto entre jovens como entre os trabalhadores em idade adulta.

Com relação ao efeito da “experiência” laboral sobre as condições de emprego entre jovens e adultos, Celli e Obuchi (2002) encontraram também associação positiva e significativa. Porém, apesar da significativa influência da escolaridade sobre as condições de emprego, destaca-se a “experiência” como um fator que incide sobre as condições de emprego dos jovens no mercado de trabalho. Além disso, as compensações entre os jovens e os adultos com relação aos mesmos níveis de experiência apresentam diferenças. As compensações no emprego entre os jovens com elevado grau de experiência são maiores que as compensações entre os adultos no mercado de trabalho. Uma das explicações possíveis para esse comportamento está relacionada à escolaridade mais elevada dos jovens, em comparação a escolaridade dos adultos.

A perspectiva adotada nessa investigação aproxima-se da abordagem contextualista sobre juventude e mercado de trabalho. O argumento defendido aqui é de que não existe padrão de empregos precários para jovens, de forma específica, apesar de

existir efeitos desfavoráveis aos empregos na “nova economia” globalizada, para jovens marginalizados do processo econômico e social.

A abordagem contextualista torna-se mais coerente com esse objeto de análise, visto que o grupo de trabalhadores investigados encontra-se inseridos em atividade informacionais, que possuem particularidade e importância, pois corporifica os trabalhadores da sociedade baseada na capacidade de produzir e gerir informações. Para Castells (2003), com as novas tecnologias e o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação, as empresas cada vez mais necessitam de profissionais com competências para navegar em espaços informacionais e transformar esse universo de informações em conhecimento específico para os objetivos específicos do processo de trabalho. Os profissionais demandados pela “nova economia”, em grande parte dependente de atividades informacionais, são indivíduos capazes de reprogramar suas habilidades e conhecimentos de acordo com o ritmo das mudanças e da evolução dos ambientes empresariais e produtivos.

Passa-se a encontrar dois tipos principais de mão-de-obra na “nova economia”. Por um lado, encontram-se atividades em que se caracterizam por demandar e incorporar profissionais auto-programáveis, ou seja, profissionais com habilidades especiais de descobrir, processar e ampliar as informações adquiridas no próprio processo de trabalho. Além disso, o tipo de atividade realizada por esses profissionais permite expandir o conhecimento adquirido e assim, modificá-lo ao longo do tempo. Por esse motivo, em atividades informacionais a necessidade do aprendizado constante torna-se fundamental e necessário (CASTELLS, 2003).

Por outro lado, existem atividades mais simples que demandam mão-de-obra genérica, que é exercida por profissionais que não possuem habilidades especiais, ou não possuem a capacidade de adquirir habilidades especiais no processo de trabalho, além da capacidade necessária ao cumprimento de instruções dadas pela administração. Diferentemente dos profissionais autoprogramáveis, os trabalhadores de mão-de-obra genérica são facilmente substituíveis por máquinas ou até mesmo por outra mão-de-obra genérica (CASTELLS, 2003).

Nesse contexto de divisão do trabalho, inserem-se as discussões sobre juventude e relações de emprego, pois os jovens tornam-se os protagonistas da “nova economia” global e informacional, considerando-se o crescimento da escolaridade exigida pelo mercado de trabalho e pela participação expressiva de profissionais jovens em atividades informacionais.

A perspectiva adotada nesse estudo supõe a diversidade de situações encontradas pelos jovens com relação à inserção no mercado de trabalho. Os efeitos dependem das características dos jovens e das condições em que eles estão inseridos no mercado. Em cenários econômicos em que a qualificação dos profissionais torna-se uma das principais fontes da produtividade e competitividade das empresas, os jovens assumem espaço importante no mercado de trabalho, visto que são os principais agentes do novo contexto de emprego. Assim, diante do crescimento dos níveis educacionais no Brasil, nas últimas décadas, e o conseqüente crescimento de maiores exigências por mão-de-obra qualificada, existem cenários de empregos favoráveis a inserção de jovens, visto que os mesmos possuem capacidades informacionais requisitadas pelo mercado de trabalho, principalmente, em setores caracterizados pelo uso intensivo de informação. Logo, a escolaridade o tipo de atividade realizada e a dinâmica do contexto setorial são elementos incidentes sobre as condições de emprego para jovens.

4. O NOVO CENÁRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

A partir de meados da década de 1990, o sistema de telecomunicações brasileiro passou a sofrer profundas mudanças que se refletiram tanto na forma de organização das empresas quanto na configuração da estrutura de emprego desse setor. Ente as principais medidas nesse sentido, destaca-se a quebra do monopólio estatal, a concessão dos serviços para empresas de capital privado, a expansão comercial do serviço de telecomunicações e transformações significativas no que se refere à inovação tecnológica dos sistemas de telecomunicações (GUIMARÃES, 2003). Ao mesmo tempo, as telecomunicações apresentaram significativas implicações no âmbito das relações de emprego, expressa na elevação do nível de conhecimento técnico/tecnológico demandado, e na renovação do perfil de empregados, com a inserção de jovens com qualificação média e superior e com habilidades informacionais (MOCELIN, 2007).

O setor de telecomunicações pela natureza de sua atividade econômica e pela necessidade da constante renovação tecnológica apresenta um contexto de relações de emprego com características peculiares em comparação aos outros setores econômicos. Em entrevistas exploratórias realizadas com diretores de empresas do setor, destacou-se que a qualificação dos profissionais em telecomunicações pode oferecer um leque maior de inserção no mercado de trabalho, haja vista a constante renovação tecnológica, que exige instrução média e superior. Assim, a qualificação exigida não possui, na maioria das vezes, um caráter restritivo, mas demandam capacitações também em outras áreas, como áreas de informática e segmentos tecnológicos, não envolvidos diretamente ao setor (Entrevista exploratória, Gerente de operações, março de 2009).

Diante de um contexto de pós-privatização das telecomunicações, onde se manteve o desenvolvimento de um ambiente em que a inovação das tecnologias utilizadas nas atividades, juntamente com a competição entre as empresas, as dinâmicas de emprego apresentam características inovadoras e instigantes para reavaliar o contexto atual do mercado de trabalho.

Observa-se que as características dos empregos no setor juntamente com o contexto de rápidas mudanças tecnológicas e a renovação do perfil dos empregados são aspectos e dimensões chaves para o entendimento de como se constituem as condições de emprego dos novos quadros de empregados. Assim, o papel dos jovens trabalhadores parece assumir relevância central na medida em que, setores baseados no uso intensivo

da informação, há uma grande demanda por profissionais capacitados em tecnologias informacionais.

De acordo com Silva (2006), a partir da análise do caso brasileiro, o setor de telecomunicações constituiu-se em um setor chave para o surgimento de novas ocupações, principalmente, no que se refere a postos de emprego que requerem o uso intensivo de tecnologias informacionais. Outro ponto salientado por Silva (2006), é o fato da sociologia do trabalho não ter dado a devida atenção ao setor e pelo pouco interesse em investigá-lo como um objeto de pesquisa acadêmica.

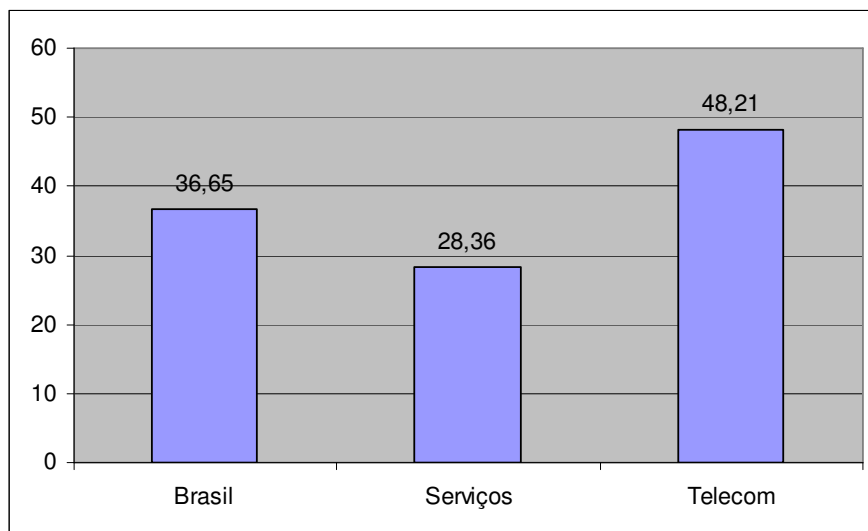
Partindo de aspectos semelhantes sobre o setor de telecomunicações, Mocelin (2007) destaca particularidades do setor no que se refere à renovação do contingente de empregados e à evolução das condições de emprego entre 1994 a 2004. No que se refere ao perfil dos empregados, observou-se que no decorrer de uma década houve grande substituição dos empregados mais experientes, ou seja, aqueles com no mínimo 10 anos de emprego, por empregados jovens e com elevado grau de instrução. Diante de um contexto produtivo marcado pelo grande investimento em inovação tecnológica, pela expansão comercial das atividades ligadas às telecomunicações e pelo papel estratégico que o setor passou a assumir no sentido de oferecer infra-estrutura para o contexto de economia globalizada, produziu-se grandes efeitos sobre os empregos, especialmente no que se refere à geração de empregos mais qualificados (MOCELIN, 2007).

Com relação ao perfil sócio-ocupacional do setor, estudo de Mocelin (2007) revelou que, após o processo de reestruturação da base organizacional e abertura das telecomunicações, houve a transição de um contexto de emprego em 1994, no qual prevalecia o sexo masculino nos postos de trabalho, para um novo quadro de emprego, em que a inserção de mulheres torna-se destacável, oscilando entre 40% e 42% do contingente no ano de 2004. Em 1994, a participação dos homens nas atividades correspondia a quase 70%.

Além da significativa transferência dos empregados do sexo masculino para atividades de obras em telecomunicações ao longo dessa década, alocadas no setor de construção civil, os principais motivos da maciça inserção de mulheres nos postos de emprego deveu-se a dois principais fatores: por um lado, devido a ampliação das atividades administrativas, de contato com o cliente e, por outro, por causa da comercialização dos serviços, o que por sua vez deixa as atividades operacionais e técnicas a cargo dos postos preenchidos por homens (MOCELIN, 2007).

Mocelin (2007) destaca outras implicações importantes nas atividades de telecomunicações. Uma delas diz respeito à constituição de um mercado de trabalho mais aberto à inserção de jovens trabalhadores, comparado ao mercado de trabalho formal do Brasil e do mercado do setor de serviços. Abaixo segue demonstração desse fato a partir do percentual da participação de jovens no mercado formal, no setor de serviços e nas atividades de telecomunicações.

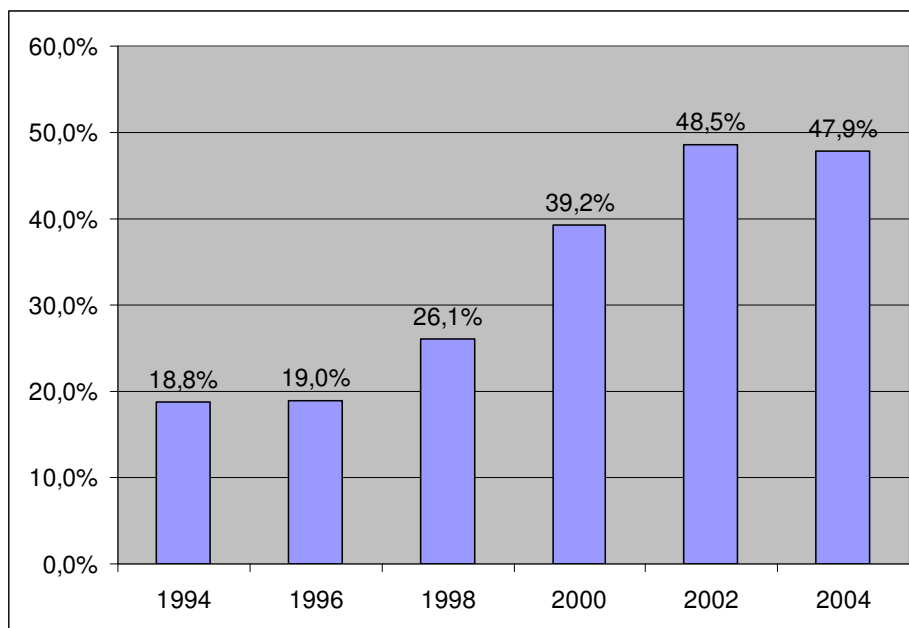
Gráfico 1- Participação percentual de jovens trabalhadores:
Brasil, Serviços e Telecomunicações (2004)



Fonte: RAIS-CAGED/MTE (Apud. Mocelin, 2007).

Além disso, paralelamente à redução gradual dos empregados nas faixas etárias mais elevadas, houve aumento da participação de empregados com menos de trinta anos. Em 1994, o número de empregados nessa faixa representava 18% dos postos no setor. Transcorrido uma década, em 2004, esse grupo etário passou a representar quase 50% do contingente de trabalhadores empregados em atividade de telecomunicações.

Gráfico 2 – Evolução da Participação percentual de jovens trabalhadores no setor de telecomunicações (Brasil 1994-2004)



Fonte: RAIS-CAGED/MTE (Apud. Mocelin, 2007).

Além das renovações do quadro de empregados, importantes implicações ocorreram nas condições de emprego das telecomunicações. Entre elas destaca-se mudança relativa ao maior equilíbrio na distribuição dos rendimentos no setor. Devido a uma serie de medidas para redução de custos, houve uma remodelação das remunerações e redução da participação dos salários mais elevados e expansão de remunerações médias. Apesar da redução dos postos de emprego com elevados níveis salariais, o setor de telecomunicações permanece como uma das atividades econômicas que apresenta níveis de remuneração relativamente mais elevados. Em comparação ao mercado de trabalho no Brasil e ao setor de serviços, as telecomunicações continuam oferecendo remunerações relativamente mais elevadas (MOCELIN, 2007).

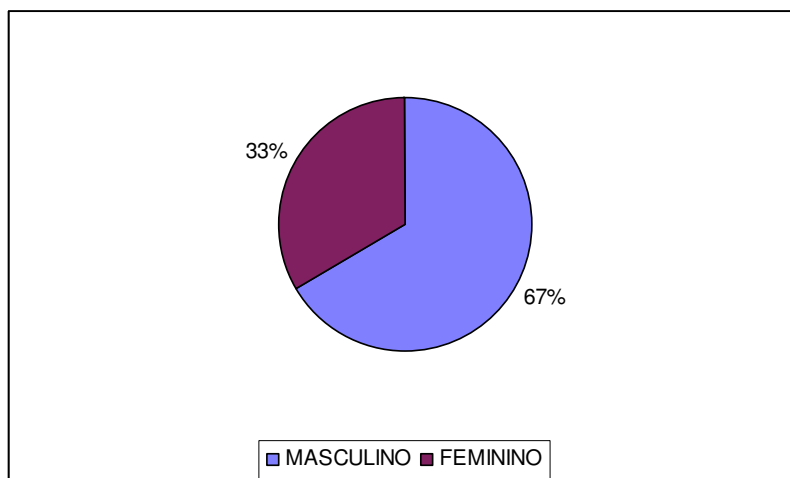
A redução do tempo de emprego no setor de telecomunicações representou outra mudança destacável desse período. Segundo Mocelin (2007), esse fato poderia ser compreendido a partir de dois fatores: em primeiro lugar, devido ao fato de o setor constituir-se sobre uma nova base e um novo perfil, em que o quadro de trabalhadores foi quase completamente renovado; em segundo lugar, pelo fato do mercado de trabalho nas telecomunicações expressar como característica particular um elevado grau de rotatividade voluntária no mercado de trabalho, visto a abertura de oportunidades.

5. JOVENS NAS TELECOMUNICAÇÕES: DA INSERÇÃO À PROFISSIONALIZAÇÃO

Nesse capítulo, realizou-se a análise relativa às condições de emprego dos trabalhadores em atividades informacionais. Primeiramente, apresentou-se a distribuição por sexo e a composição do quadro de empregados por faixas etárias nas atividades investigadas. Em seguida, estabeleceram-se distribuições entre os grupos etários, os níveis de escolaridade e as condições de emprego selecionadas, tais como níveis de remuneração, grau de instrução, grupo ocupacional, tipo de contrato de trabalho, jornadas de trabalho e por fim, o tempo de emprego.

No Gráfico 3, verificou-se o predomínio de trabalhadores do sexo masculino em comparação a ocupação feminina nas atividades do setor de telecomunicações. Apesar do crescimento de postos de emprego caracterizados pela mão-de-obra feminina do setor de telecomunicações, principalmente, nas áreas de vendas e tele-atendimento, em atividades complexas da rede operacional de telecomunicações, há maior participação dos homens nos postos de emprego. Enquanto 33% dos empregos são ocupados por mulheres, os homens compõem mais da metade das ocupações, chegando a 67% dos empregos nesse segmento de atividades.

Gráfico 3 – Distribuição percentual dos empregados por gênero em atividades informacionais (Rio Grande do Sul, 2007)



Fonte: RAIS-CAGED/MTE-2007.

No gráfico 4, descreve-se a distribuição do quadro de empregados nas atividades informacionais, por grupos etários. No grupo que compreende os jovens *inseridos* (18 a 24 anos) encontra-se uma percentagem significativa, 23% do contingente total. Entre os jovens *profissionalizados*, que estão entre a faixa etária de 25 a 29 anos, encontramos a segunda maior concentração de empregados nesse segmento de atividade. O grupo de *jovens profissionalizados* compõe 32% do quadro empregados, portanto, é um grupo ainda maior que o de jovens inseridos. Agregando-se esses dois grupos etários, forma-se a principal categoria dessa investigação que são os jovens nas atividades informacionais.

Observa-se que essa categoria é importante no referido segmento de atividades no setor de telecomunicações, pois constitui mais da metade dos trabalhadores inseridos nessas ocupações. Somando esses dois grupos de jovens encontramos um percentual de 55% do total de empregados em atividades informacionais.

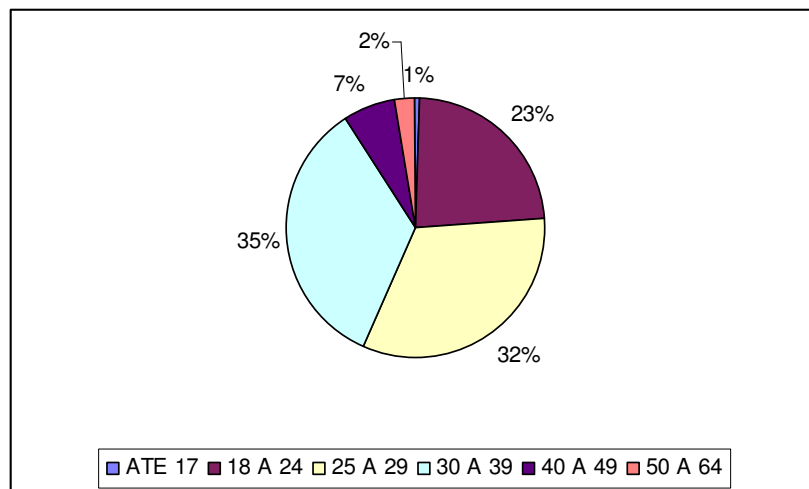
O grupo que compreende a outra metade do quadro de empregados é constituído aqui pelos trabalhadores não-jovens. A faixa etária mais representativa dos trabalhadores é a o grupo de trabalhadores não-jovens entre 30 e 39 anos, tanto em relação às características laborais nas atividades informacionais, como em termos numéricos. Esse grupo de trabalhadores possui a maior parte das ocupações nesse segmento de atividades. Sua participação no quadro de empregos compreende a maior percentagem, isto é, corresponde a 34% dos postos de trabalho. Por fim, os outros dois grupos etários descritos abaixo são formados pelo grupo de trabalhadores não-jovens de 40 a 49 anos, que possuem 7% dos postos de trabalho e pelo grupo dos trabalhadores na faixa etária dos 50 a 64 anos, que possuem apenas 2% dos empregos.

No geral, verifica-se que existem dois grupos de empregados que assumem as maiores parcelas dos postos de trabalho nessas atividades em telecomunicações. Por um lado, os jovens profissionalizados, com aproximadamente 32% dos postos de emprego e, por outro lado, os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos, chegando a ter participação semelhante, com 34% dos empregos.

Diante disso, observam-se dois aspectos. O primeiro refere-se ao fato de encontrarmos um perfil sócio-ocupacional relativamente jovem em atividades informacionais nas telecomunicações. Ou seja, considerar-se que existe uma maior inserção laboral de profissionais relativamente jovens em atividades de operação de atividades informacionais. O segundo aspecto refere-se ao fato de existir absorção relativamente baixa de profissionais acima de 40 anos de idade. Além disso, nesse

segmento de atividades, existe maior requisição por trabalhadores com perfil jovem do que profissionais com elevado grau de experiências e inseridos a longo tempo nesse mercado de trabalho.

Gráfico 4 – Distribuição percentual dos empregados por faixa etária em atividades informacionais (Rio Grande do Sul, 2007)



Fonte: RAIS-CAGED/TEM – 2007.

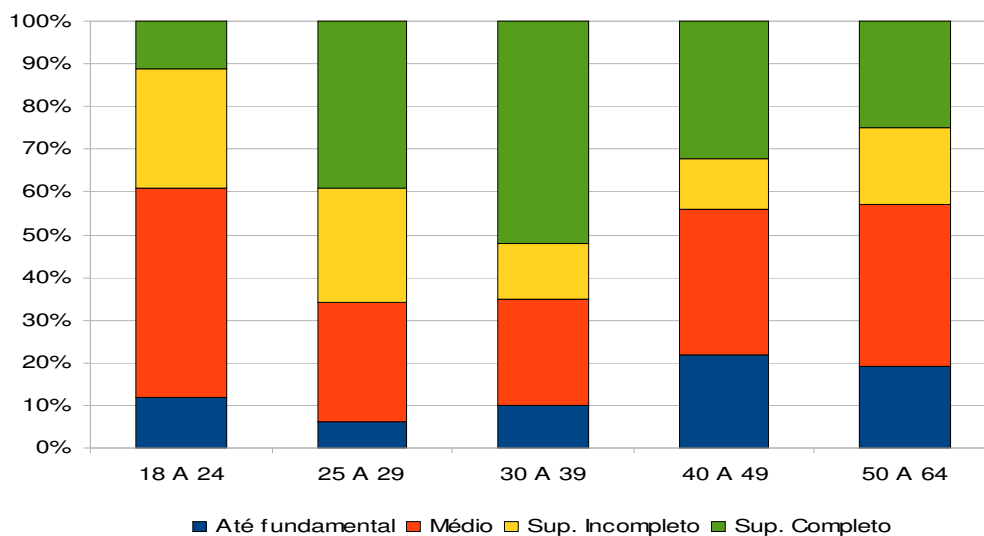
No Gráfico 5, verifica-se a distribuição da escolaridade dos trabalhadores por grupos etários. A partir da análise dos dados destaca-se o grande percentual de empregados na faixa dos 40 a 49 anos com ensino médio completo. Entre esse grupo, encontra-se baixo percentual de empregados com o nível superior incompleto. Comparativamente a esse grupo, o grupo de jovens inseridos apresenta uma formação muito mais rápida e significativa. Quase 30% dos jovens inseridos possuem nível superior incompleto, enquanto que entre os trabalhadores não-jovens de 40 a 49, apenas 11% estão nesse nível de escolaridade formal.

A primeira constatação refere-se à grande desigualdade entre os dois grupos de jovens. Verifica-se que enquanto os jovens inseridos concentram-se em grande parte no nível médio de escolaridade, chegando a 49% desse contingente de jovens, os jovens trabalhadores profissionalizados distribuem-se entre 28% no nível médio e 27% em nível superior incompleto. Além disso, apenas 11% dos jovens trabalhadores inseridos possuem escolaridade superior completa, enquanto que entre os jovens profissionalizados a proporção é significativamente maior, chegando a 39% de jovens com escolaridade superior completa.

No que se refere aos níveis de escolaridade entre o grupo dos jovens trabalhadores profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos, destacam-se as seguintes constatações. Em primeiro lugar, verifica-se que os níveis de escolaridade entre essas duas categorias etárias acompanham uma distribuição muito semelhante. Enquanto 28% dos jovens profissionalizados possuem nível médio de escolaridade formal, 25% dos trabalhadores não-jovens encontram-se nesse mesmo nível. Porém, com relação à distribuição do nível superior incompleto entre as duas categorias percebem-se diferenças. Entre os jovens profissionalizados 27% possuem nível superior incompleto, enquanto entre os não-jovens apenas 13% estão incluídos nesse nível. Ou seja, quando se trata desse nível de escolaridade, a proporção de jovens é quase duas vezes maior do que a proporção de não-jovens.

Por outro lado, com relação à participação das duas categorias etárias no nível superior completo de escolaridade, os trabalhadores não-jovens possuem maior percentagem. Enquanto 39% dos jovens profissionalizados encontram-se inseridos nesses empregos com nível superior completo, 52% dos trabalhadores não-jovens possuem essa escolaridade. Apesar dos trabalhadores não-jovens encontrarem-se significativamente com nível superior completo em comparação aos jovens, destaca-se a aproximação dos jovens profissionalizados nesse nível de escolaridade em atividades informacionais.

Gráfico 5 – Distribuição da faixa etária de empregados nas atividades informacionais segundo o grau de escolaridade, 2007.



Fonte: RAIS-CAGED/MTE – 2007.

A partir do Gráfico 6, o primeiro aspecto destacável diz respeito à diferença de níveis de remuneração entre os jovens inseridos e os jovens profissionalizados. Observa-se que enquanto entre os jovens inseridos predomina a faixa de remuneração entre um salário a um salário e meio, 67% dos jovens inseridos, entre os jovens profissionalizados, existe uma distribuição mais equilibrada com relação aos níveis das faixas de remuneração. Enquanto mais da metade dos jovens inseridos encontram-se com rendimentos abaixo de 2 salários mínimos, entre os jovens trabalhadores profissionalizados encontra-se a distribuição de faixas que vão de 2 a 4 salários, 20% desses jovens, até de 10 a 15 salários, com 16% desse contingente de jovens profissionalizados.

Entre os jovens trabalhadores inseridos predomina o baixo nível de remuneração, que se expressa por mais da metade desse grupo possuir menos de dois salários mínimos como renda mensal. Em torno de 12% desse grupo possui uma renda na faixa de 2 a 4 salários mínimos mensais, 11% desses jovens trabalhadores estão com remuneração entre 4 a 7 salários mínimos e o restante se divide em 6% com remuneração na faixa de 7 a 10 salários mínimos, e, um pequeno grupo, 4% com rendimentos acima de 10 salários mínimos.

Comparativamente, em situação bem diferente encontram-se os jovens trabalhadores profissionalizados. A distribuição dos níveis de remuneração nessa faixa etária é disposta da seguinte forma: 22% desses jovens possuem remuneração abaixo de 2 salários mínimos; 20% encontram-se na faixa de 2 a 4 salários; 27% desses jovens possuem de 4 a 7 salários; 12% recebem de 7 a 10 salários mínimos; 16% possuem remuneração de 10 a 15 salários mínimos e apenas 3% possuem salários acima dessas faixas. Diante desses dados verifica-se que entre os dois grupos de jovens trabalhadores existem diferenças substantivas no que concerne aos níveis de remuneração. Esse aspecto é relativamente ilustrativo através da forma como são distribuídas as faixas de remuneração entre esses dois grupos de jovens.

Com relação aos rendimentos dos jovens profissionalizados, encontramos distribuição semelhante no grupo etário dos trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos. Observa-se que entre esses trabalhadores não-jovens a proporção de empregados é muito semelhante à proporção dos jovens trabalhadores profissionalizados nos menores rendimentos. Nesse grupo de trabalhadores não-jovens a distribuição se dá da seguinte maneira: 20% possuem menos de 2 salários, 15% apresentam remuneração entre 2 a 4 salários, 16% encontram-se na faixa de 4 a 7 salários; 13% estão no grupo de

rendimentos de 7 a 10 salários; 19% encontram-se no patamar de 10 a 15 salários mínimos e 17% possuem nível de rendimento maior de 15 salários mínimos. Destaca-se que somente na faixa de 7 a 10 e na faixa acima de 15 salários existe uma real diferenciação entre os jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens.

Verifica-se que nas faixas de menores rendimentos a diferença entre o grupo de jovens profissionalizados e o grupo dos não-jovens de 30 a 49 anos é muito tênue. A partir das faixas intermediárias e mais altas existe uma tendência a maior participação dos não-jovens. Porém, apesar dessa tendência, ela não se constitui como uma diferença destacável, em termos proporcionais. Observa-se que entre as faixas dos jovens trabalhadores profissionalizados e a faixa dos não-jovens de 40-49 anos existe um padrão relativamente semelhante de distribuição das faixas de remuneração.

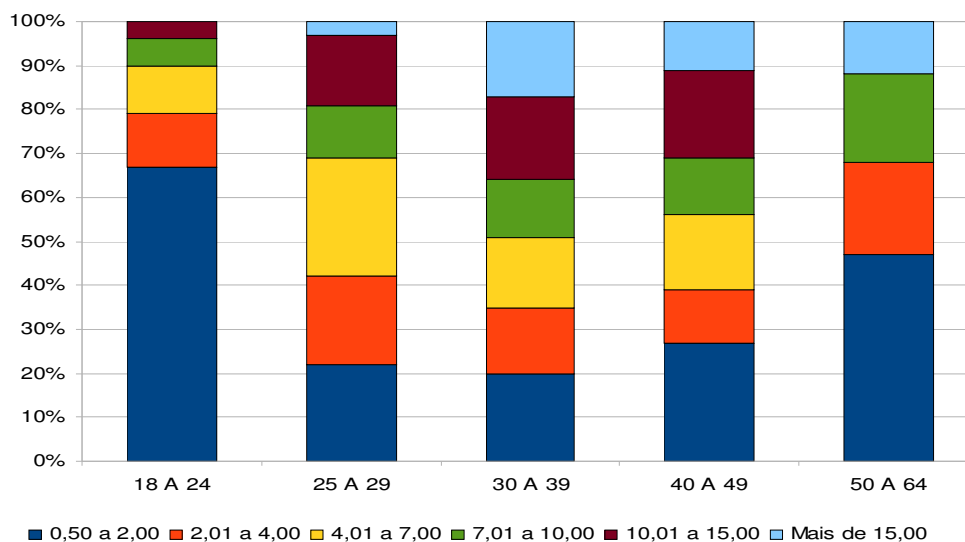
Padrão semelhante encontra-se entre os grupos de trabalhadores não-jovens. Verifica-se que a distribuição de rendimentos entre o grupo de trabalhadores não-jovens de 30 a 49 anos e o grupo de não-jovens de 40 a 49 anos é relativamente semelhante. Isso se constata principalmente com relação às faixas de remuneração intermediárias de de 4 a 7 salários e 7 a 10 salários, em que a proporção é quase idêntica. A mudança da distribuição verifica-se nas extremidades. Na menor faixa de rendimentos, a diferença entre o grupo de 30 a 39 anos e o grupo de trabalhadores não-jovens de 40 a 49 anos se dá por 7 pontos percentuais, de 20% a 27%, respectivamente. Na faixa de 2 a 4 salários mínimos a diferença torna-se menor de 15% e 12%.

Por fim, o ultimo grupo etário é constituído pelos trabalhadores não-jovens de 50 a 64 anos. Dois pontos merecem ser destacados. O primeiro ponto é de que se verifica o que 47% desses trabalhadores recebem até 2 salários mínimos. Verifica-se que os trabalhadores não-jovens nessa faixa etária não estão integrados em condições favoráveis de emprego, visto que possuem baixos níveis de remuneração. O segundo aspecto refere-se a existência de 12% desse trabalhadores no topo das faixas de remuneração.

Em síntese, com relação à distribuição dos rendimentos entre os grupos etários encontramos os seguintes resultados: Em primeiro lugar, verificou-se uma diferenciação significativa entre os jovens trabalhadores *inserido* e os jovens trabalhadores *profissionalizados*; Em segundo lugar, encontrou-se relativa semelhança nas distribuições de rendimentos entre os jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens. Ou seja, a partir da comparação dos rendimentos entre os jovens trabalhadores

constatou-se um distanciamento entre eles. Por outro lado, encontraram-se semelhanças entre os jovens trabalhadores profissionalizados e os trabalhadores não-jovens.

Gráfico 6 – Distribuição de faixa etária de empregados em atividades informacionais segundo a faixa de rendimento, em salários mínimos, 2007.



Fonte: RAIS-CAGED/MTE – 2007.

Diante desses resultados, verifica-se que além da tendência à diferenciação no que se refere aos rendimentos entre os jovens trabalhadores, existe diferenciação destacável nessa categoria etária com relação aos níveis de escolaridade. Observa-se que os jovens profissionalizados possuem níveis mais elevados de escolaridade em comparação aos jovens inseridos. Verifica-se que o grau de escolaridade é um fator importante e influente na determinação dos níveis de rendimentos entre os jovens trabalhadores.

Como se demonstrou anteriormente, os rendimentos dos jovens profissionalizados são claramente maiores que os rendimentos dos jovens inseridos. Por conseguinte, constata-se que além da diferença etária entre os jovens, o nível de escolaridade explica os níveis de rendimentos. Os jovens profissionais com elevados níveis de escolaridade possuem os maiores rendimentos entre os jovens trabalhadores.

No gráfico seguinte (Gráfico 7), observam-se resultados que convergem para o padrão de distribuição dos gráficos anteriores. No que se refere aos grupos ocupacionais

em que estão inseridos os empregados nas atividades informacionais, novamente, verifica-se a diferença entre os jovens inseridos e os jovens profissionalizados. Porém, a partir da faixa dos 40 a 49 anos, o panorama muda substancialmente.

Na categoria dos jovens trabalhadores, observa-se que eles dividem-se da seguinte forma. Enquanto 26% dos jovens inseridos encontram-se em ocupações que requerem maiores capacitações em conhecimentos tecnológicos (Profissionais das ciências e das artes²), 48% dos jovens profissionalizados estão integrados nessas ocupações. Verifica-se que nas ocupações que exigem elevado grau de capacitações informacionais existe maior participação de jovens profissionalizados ocupados nessas atividades.

Por outro lado, a proporção dos jovens inseridos é aproximadamente duas vezes maior do que a proporção de jovens profissionalizados em atividades técnicas de nível médio³. Entre os jovens inseridos 26% ocupam empregos em atividades técnicas de nível médio. Entre os jovens profissionalizados apenas 14% encontram-se nesse nível ocupacional. Observa-se que os postos de emprego caracterizados por atividades mais complexas, são preenchidos na grande parte pelos jovens profissionalizados. Enquanto há maior participação dos jovens trabalhadores inseridos nas atividades de nível técnico médio, as atividades exercidas por profissionais mais especializados e com maior capacitação tecnológica são ocupadas pelos jovens profissionalizados.

Destaca-se também a participação dos jovens trabalhadores nos postos de serviços administrativos. Entre os jovens inseridos a participação ocupacional em atividades administrativas fica em torno de 28%. Por outro lado, entre os jovens trabalhadores profissionalizados esse percentual é menor, em torno de 20% preenchem as ocupações no nível de serviços administrativos. Com relação a esse nível ocupacional verifica-se que 39% dos trabalhadores não-jovens de 40 a 49 anos encontram-se nessas atividades.

² Essa classificação ocupacional é preenchida por Engenheiros em computação; Administradores de redes e bancos de dados e; Analistas de sistemas computacionais. Esses três tipos de profissionais são encarregados da manutenção e desenvolvimento de sistemas em tecnologia da informação, no desenvolvimento e criação de banco de dados em sistemas computacionais e na administração e coordenação tanto de projetos e medidas de solução para ambientes informatizados quanto em pesquisas em tecnologias de informática (MTE, 2008).

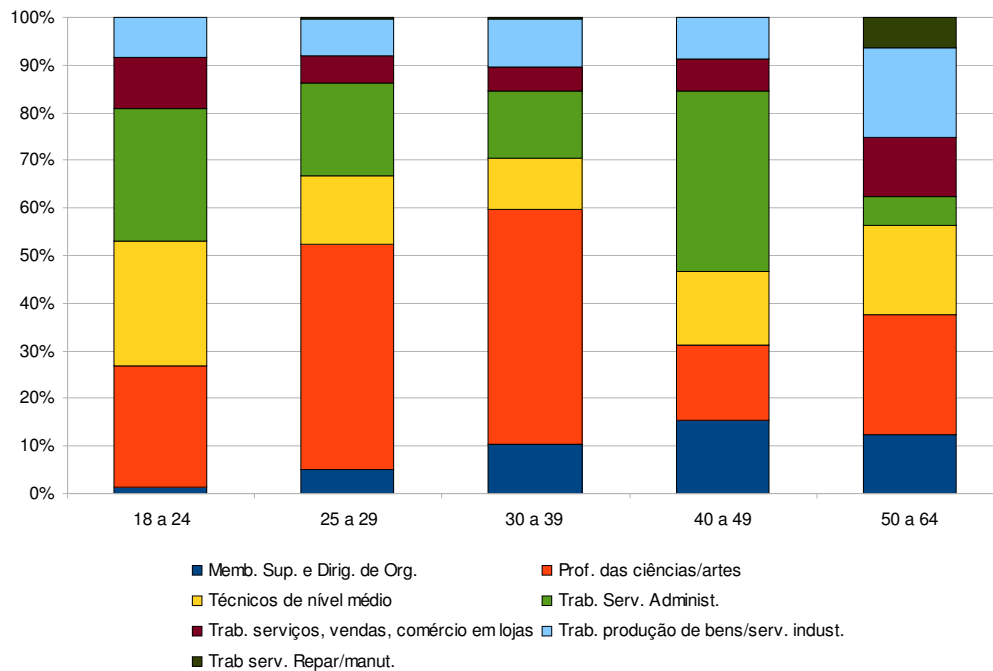
³ Esse nível ocupacional é composto por Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações e por Técnicos em operação e monitoramento de computadores. Os Técnicos de desenvolvimento de sistemas são profissionais responsáveis pela montagem das estruturas dos bancos de dados, realizam a manutenção de sistemas e aplicações, selecionam recursos de trabalho e planejam etapas e ações de trabalho. Técnicos em operação e monitoração de computadores são operadores dos sistemas de computadores e microcomputadores, monitoram o desempenho dos aplicativos, armazenamento de dados, registro de erros e consumo da unidade central de processamento (MTE, 2008).

Com relação aos grupos ocupacionais preenchidos pelos jovens trabalhadores e os não-jovens, observa-se comportamento semelhante comparativamente aos gráficos anteriores. Os jovens inseridos não só estão integrados em níveis menores na estrutura ocupacional, em comparação aos jovens profissionalizados, como também é destacável a diferença em comparação ao nível ocupacional dos não-jovens. Enquanto em torno de 50% dos trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos ocupam postos que exigem maiores conhecimentos e capacitações tecnológicas, apenas 26% dos jovens inseridos estão incluídos nesse nível ocupacional. Em contrapartida, existe maior absorção de jovens inseridos em atividades técnicas do que os trabalhadores não-jovens, 26% para os jovens e 11% para os não-jovens.

Por outro lado, reafirmando a tendência dos resultados comparativos até aqui, evidencia-se a semelhança dos postos de emprego ocupados entre os jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos. Verifica-se que existem mais semelhanças do que diferenças entre os níveis ocupacionais dos jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos de idade. No total dos jovens profissionalizados, 48% deles estão inseridos em atividades mais complexas. Com relação aos trabalhadores não-jovens, 50% deles estão integrados nessas mesmas atividades no segmento investigado.

Não somente ocupacional anterior encontra-se semelhanças entre esses dois grupos, mas também se verifica o mesmo quadro nas ocupações de nível técnico. Enquanto 14% dos jovens profissionalizados estão integrados em atividades técnicas, entre os trabalhadores não-jovens o cenário não é diferente, 11% deles ocupam essas atividades. Em ocupações de serviços administrativos observa-se relativa semelhança na distribuição entre jovens trabalhadores e trabalhadores não-jovens, 20% para jovens e 14% para não-jovens.

Gráfico 7 - Distribuição de faixa etária de empregados em atividades informacionais segundo o grupo ocupacional, 2007.



Fonte: RAIS-CAGED/MTE - 2007.

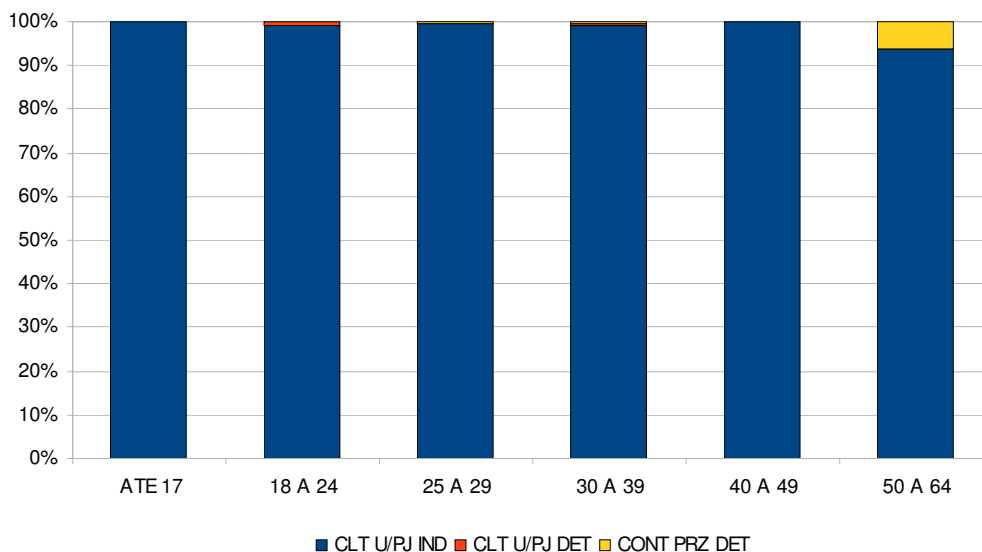
O tipo de contrato de trabalho constitui outro indicador das condições de emprego dos trabalhadores em atividades informacionais nas telecomunicações. A partir da avaliação dos dados constatou-se que independente das variações das condições de emprego destacadas acima, como rendimentos, escolaridade e ocupação, os tipos de contratos de trabalho nesse segmento de atividades são uniformes e não apresenta evidências relativas à diversificação dos tipos de contrato.

Observa-se no gráfico 8 que quase a totalidade dos contratos de trabalho são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A maioria dos trabalhadores independentes dos grupos etários é regida por contratos de trabalho por prazo indeterminado. No caso do segmento das atividades informacionais nas telecomunicações, tipo de contrato de trabalho por prazo determinado ou contratos por obras feitas aparece de forma muito residual.

Ou seja, com relação aos tipos de contrato de trabalho não existem diferenças entre os jovens trabalhadores e os trabalhadores não-jovens. Diante disso, verifica-se que a inserção de jovens no mercado de trabalho em telecomunicações não necessariamente implica em condições de inserção laborais fragilizadas, como pode ser

apontada pela utilização de contratos de prazo determinado e por tarefas temporárias. Ao contrário das pesquisas realizadas sobre jovem e emprego, em atividades informacionais no setor de telecomunicações não há evidências de que os jovens estão inseridos em condições precárias em comparação aos outros grupos etários. Pelo contrário, nesse cenário de emprego todos os contratos de trabalho são de acordo com as normas legais estabelecida pela Consolidação das leis trabalhistas.

Gráfico 8 - Distribuição de faixa etária de empregados em atividades informacionais segundo o contrato de trabalho, 2007.



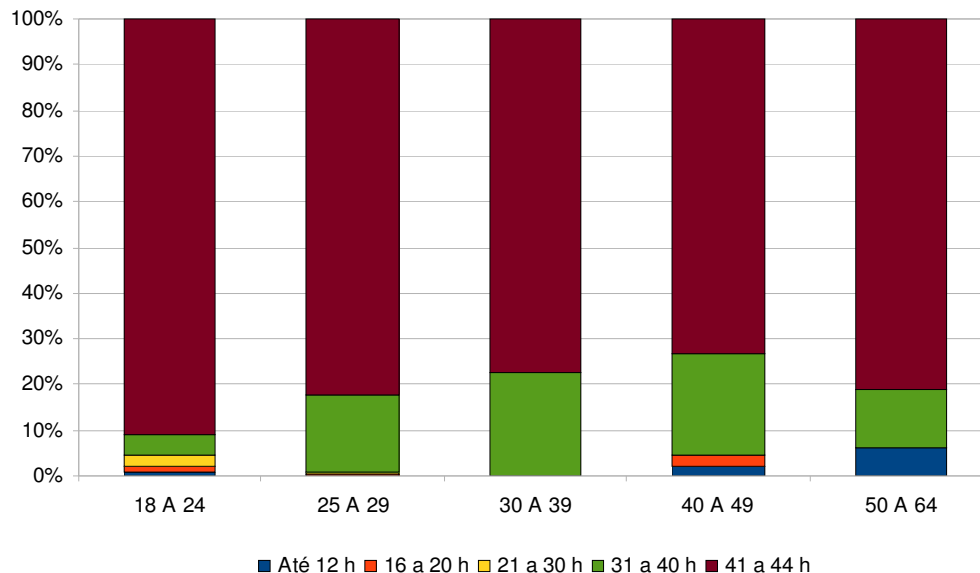
Fonte: RAIS-CAGED/TEM - 2007.

No gráfico seguinte (Gráfico 9), verifica-se que a maioria dos trabalhadores empregados nessas atividades possui jornada de trabalho entre 41 a 44 horas semanais. Outro indicador das condições de emprego especifica nessas atividades no setor de telecomunicações são as jornadas de trabalho predominantes exercidas. Observa-se que não existem diferenças destacáveis na relação entre os grupos etários e o tipo de jornada de trabalho. Interessante notar que é inexpressível as jornadas parciais assumidas no gráfico entre 16 e 20 horas semanais.

Observa-se, a partir da comparação entre as jornadas de trabalho dos jovens trabalhadores profissionalizados e os trabalhadores não-jovens, que não existem distinções significativas com relação a essa condição de emprego. Enquanto entre o grupo dos jovens trabalhadores o percentual de jornadas de trabalho entre 31 e 40 horas semanais e 41 a 44 horas são respectivamente de 17% e 82% dos empregados, entre os

trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos, 22% possuem a jornada de 31 a 40 horas e 78% dos empregados estão inseridos em jornadas de 41 a 44 horas semanais. Assim, verifica-se que entre jovens trabalhadores e não-jovens não há diferenças no que concerne às jornadas de trabalho.

Gráfico 9 - Distribuição de faixa etária de empregados em atividades informacionais segundo a jornada de trabalho, 2007.



Fonte: RAIS-CAGED/MTE – 2007.

Por fim, o tempo de emprego foi o último indicador sobre as condições de emprego dos trabalhadores em atividades informacionais. A importância dessa dimensão deve-se ao fato de ela expressar com clareza o grau de estabilidade e instabilidade nos empregos. A partir dos resultados observam-se diferenças significativas entre o grupo dos *jovens inseridos* e *jovens profissionalizados*.

Verifica-se que grande parte dos *jovens inseridos*, em torno de 26% deles, encontra-se na faixa de 6 a 12 meses de emprego, e 27% desses jovens concentram-se na faixa dos 12 a 24 meses de emprego. Somando esses percentuais com as faixas de tempo ainda menores, constata-se que 79% dos jovens inseridos possuem menos de 2 anos de emprego nessas atividades.

Situação diferente encontra-se entre os jovens profissionalizados. Entre os jovens trabalhadores profissionalizados observamos concentração maior nas faixas entre

12 a 24 meses de emprego. Do total de jovens profissionalizados 27% possuem até 24 meses de emprego. Porém, ao contrário do grupo anterior, a participação desses jovens é maior em faixas de maior tempo de emprego. Entre os jovens profissionalizados, apenas 54% estão distribuídos em faixas até 2 anos de emprego. Esse percentual é relativamente baixo visto que entre os trabalhadores não-jovens apenas 41% encontram-se até essa faixa de tempo. Verifica-se que enquanto existe maior concentração de jovens trabalhadores inseridos, abaixo de 2 anos de emprego, há maior participação de jovens trabalhadores profissionalizados acima desse período de emprego.

Em setores dinâmicos como é caso das telecomunicações em que a velocidade das inovações dos produtos e dos serviços oferecidos acompanha a rapidez da nova economia, a frequência de mudanças de emprego pode não necessariamente caracterizar um elemento negativo na vida laboral dos empregados, mas sim pode expressar dinâmicas de empregos próprias de setores inovativos e mutáveis. Aproveitar novas oportunidades de desenvolvimento e experiências profissionais em outras atividades que demandam profissionais com conhecimentos informacionais pode ser recorrente em ambientes empresariais caracterizados por inovações tecnológicas e pela expansão comercial dos serviços oferecidos.

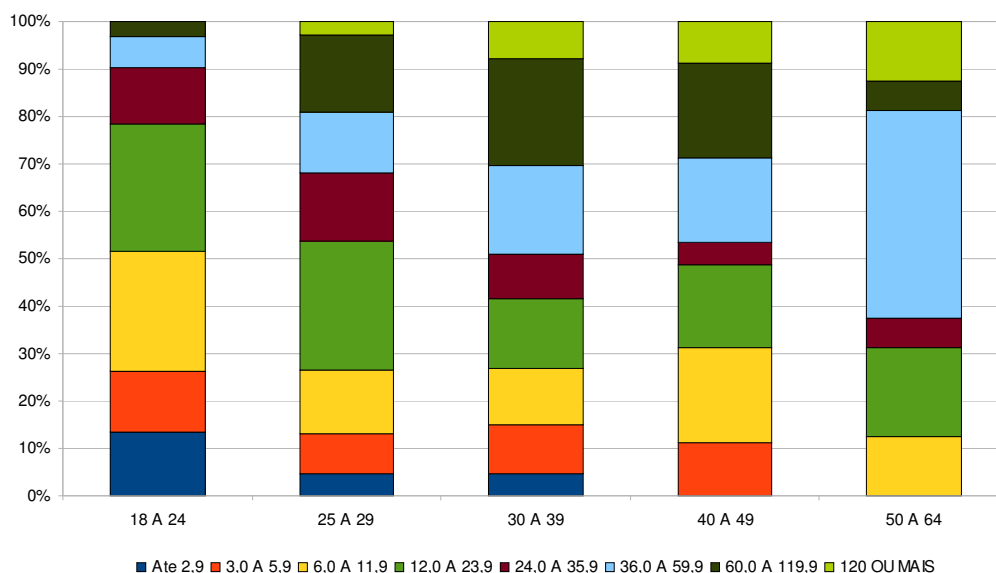
Com relação à distribuição das faixas de tempo de emprego entre jovens trabalhadores profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos encontra-se achados relevantes para a proposta dessa investigação. Verificou-se que a tempo de emprego entre os jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens não se diferencia substancialmente. Enquanto nas faixas de tempo de emprego de até 12 meses verifica-se praticamente a mesma percentagem de jovens profissionalizados e não-jovens, 13% para jovens profissionalizados e 12% para não-jovens, em faixas acima de 2 anos verifica-se tendência a diferenciação entre os dois grupos. Entre os jovens trabalhadores profissionalizados 27% deles possuem entre 1 a 2 anos de emprego. Já entre os não-jovens apenas 14% encontram-se nessa faixa de tempo de emprego. Na faixa de 2 a 3 anos de emprego, os jovens profissionalizados ainda possuem vantagem com relação aos trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos. Em torno de 14% dos jovens profissionalizados possuem até 3 anos, enquanto entre os não-jovens apenas 9% incluem-se nesse período de emprego.

A partir de 3 anos de emprego, o cenário começa a se inverter. Enquanto 13% dos jovens profissionalizados encontram-se com 3 a 5 anos de emprego, 19% dos trabalhadores não-jovens incluem-se nesse intervalo de tempo. Além disso, diferença

maior encontra-se na faixa de tempo de emprego entre 5 a 10 anos de emprego. Enquanto apenas 16% dos jovens profissionalizados possuem entre 5 e 10 de emprego, 23% dos não-jovens possuem até 10 anos nessas atividades.

Em suma, observa-se que o tempo de emprego entre os jovens trabalhadores é claramente diferenciado em atividades informacionais. Enquanto *jovens inseridos* possuem menor estabilidade, expressada pela concentração no menor tempo de emprego, entre os *jovens profissionalizados* encontramos maior estabilidade. Assim, os *jovens profissionalizados* distanciam-se dos *jovens inseridos* no que compete ao tempo de emprego, porém aproxima-se do tempo de emprego dos trabalhadores não-jovens.

Gráfico 10 - Distribuição de faixa etária de empregados em atividades informacionais segundo o tempo de emprego, 2007.



Fonte: RAIS-CAGED/MTE – 2007.

Em síntese, a partir das análises verificou-se que as condições de emprego entre os dois grupos de jovens trabalhadores apresentam diferenças significativas. Entre os *jovens inseridos* predominam condições de emprego, caracterizadas pelos mais baixos rendimentos, pelos níveis ocupacionais menos complexos, além de predominar entre eles maior instabilidade no emprego. Por outro lado, os *jovens profissionalizados* encontraram-se em condições de emprego muito diferenciadas em comparação ao grupo anterior. Ao contrário dos *jovens inseridos*, entre os *jovens profissionalizados* verificou-

se que as condições de emprego são relativamente mais sólidas. Entre os jovens profissionalizados encontraram-se níveis mais elevados de rendimentos. Além disso, no que concerne aos grupos ocupacionais, os jovens profissionalizados estão inseridos em as ocupações mais complexas nas atividades informacionais. Com relação ao tempo de emprego, entre os jovens profissionalizados verificou-se maior estabilidade no emprego, em comparação aos *jovens inseridos*.

No que se refere à comparação das condições de emprego entre os jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos, verificou-se semelhanças em todos os indicadores. Observou-se que a distribuição das faixas de remuneração é semelhante entre o grupo de jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens. Além disso, os níveis ocupacionais em que os jovens profissionalizados estão inseridos são semelhantes à distribuição das ocupações preenchidas pelos trabalhadores não-jovens. Por fim, no que concerne ao tempo de emprego entre os dois grupos, observou-se que os jovens profissionalizados apresentam poucas diferenças com relação aos níveis de estabilidade nos empregos, em comparação aos trabalhadores não-jovens. No quadro geral, entre os jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens existem mais semelhanças do que diferenças.

Com relação ao tipo de contrato de trabalho estabelecidos nessas atividades informacionais, observou-se que a maior parcela dos trabalhadores está inserida sobre o regime de contratos por prazo indeterminado. A diferença por grupo etário não exerceu influência sobre a variação em termos de contrato de trabalho. No que se refere às jornadas de trabalho, o maior contingente estão inseridos em atividades com 41 a 44 horas semanais de trabalho. Porém, a partir do grupo dos jovens profissionalizados até o grupo dos trabalhadores não-jovens, de 40 a 49 anos, verificam-se taxas que variam de 18% a 24% dos trabalhadores com jornadas de trabalho de 31 a 40 horas semanais. Além disso, observam-se semelhanças na distribuição das jornadas entre o grupo de jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos, 82% e 77%, com jornadas de 41 a 44 horas semanais, respectivamente.

Por fim, após o destaque das condições de emprego entre os trabalhadores, destaca-se que a escolaridade é um fator que explica em parte essas condições. Pois, em primeiro lugar, verificou-se que as diferenças nos níveis de escolaridade entre os grupos de jovens trabalhadores acompanham as diferenças das condições de emprego entre esses dois grupos etários. A escolaridade é o fator que determina os níveis de rendimentos, as ocupações e o tempo de emprego dos jovens trabalhadores nas

atividades informacionais. Em segundo lugar, as semelhanças entre os níveis de escolaridade dos jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens acompanham as semelhanças entre as variáveis analisadas anteriormente. O fato dos jovens profissionalizados estarem inseridos em condições de emprego sólidas e semelhantes às condições dos não-jovens deve-se ao fato deles possuírem níveis de escolaridade mais elevados que os jovens trabalhadores inseridos.

Diante dos resultados verifica-se que analisar a situação da juventude no mercado de trabalho como uma categoria homogênea, sem distinguir as particularidades, tende a distorcer os resultados. Ao contrário do que a literatura corrente tem argumentado, os jovens trabalhadores nesse estudo não estão inseridos em condições precárias e desvantajosas. Pelo contrário, verifica-se que os aspectos contextuais como o tipo das atividades realizadas pelos jovens, o grau de escolaridade exigido e o efeito de características setoriais são elementos que determinam as condições de emprego num mercado específico de emprego.

Em atividades que demandam qualificação e facilidade em lidar com atividades informacionais, requisitos como escolaridade e capacitação informacionais tornam-se fatores chaves no sentido de determinar os jovens que somente inserem-se sob condições menos sólidas e aqueles que se encontra em condições mais sólidas e mais favoráveis. Assim, não existe uma homogeneidade no que compete a inserção de jovens nesse mercado de trabalho. De acordo com uma série de fatores, tais como escolaridade exigida, natureza da atividade produtiva e o contexto de expansão de um segmento produtivo os jovens se inserem de forma diferenciadas entre eles próprios e com relação aos trabalhadores mais experientes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as mudanças no setor de telecomunicações constituíram um novo cenário de emprego para jovens, visto que eles passam a adquirir condições mais sólidas de empregos. Afirma-se isso considerando a expansão da presença de jovens nesse mercado de trabalho. Nesse aspecto, destaca-se a expansão de atividades informacionais que dão suporte e manutenção à rede de telecomunicações. Além das mudanças no âmbito empresarial, houve ampla renovação da força de trabalho. Diante da necessidade de mão-de-obra renovada nas telecomunicações, observou-se um processo de inserção de jovens em atividades informacionais, visto que 50% dos empregos nessas atividades são ocupados por jovens. Não somente houve inserção de jovens, como também se observou elevada participação de jovens em condições estáveis de emprego, em atividades informacionais, nas telecomunicações.

Em segundo lugar, concluiu-se que a categoria “jovem” não pode ser analisada como uma categoria homogênea. Assim, sustenta-se a necessidade de uma abordagem que considere a heterogeneidade na definição do que constitui a categoria “jovem”, pois a forma em que cada grupo insere-se no mercado de trabalho depende de uma série de aspectos referentes às condições específicas de emprego, tais como o tipo de atividade e o nível de qualificação demandada. Nesse sentido, as *perspectivas generalistas* são limitadas visto que define equivocadamente a situação dos jovens como grupos precarizados e desfavorecidos. Por outro lado, a *abordagem contextualista* aproxima-se da abordagem assumida, porém não aborda aspectos específicos de um determinado ramo produtivo. Apesar de a perspectiva contextualista ponderar alguns aspectos que influenciam diretamente as condições de emprego, tais como o nível de escolaridade da força de trabalho não trata de características setoriais que influenciam essas mesmas condições de emprego para jovens.

Além de salientar-se que a escolaridade e o contexto do mercado de trabalho determinam as condições de emprego de jovens, no presente caso, destaca-se que não só a qualificação é importante, mas também o tipo de capacitações demandadas.

Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer distinções entre grupos de jovens, pois se observou diferenças referentes às características dos empregos. Verificou-se a existência de dois grupos de jovens, uns inseridos e outros profissionalizados. Identificou-se um grupo de jovens em processo de profissionalização nos empregos, visto estarem integrados em condições semelhantes às condições de emprego de

trabalhadores não-jovens. O segundo grupo de jovens verificou-se através das condições diferenciadas em relação aos trabalhadores não-jovens, visto que esses jovens possuem os menores rendimentos, as ocupações mais simples e as maiores taxas de instabilidade no emprego.

Além disso, em atividades informacionais, observou-se que as condições de emprego entre os jovens diferenciam-se das condições destacadas pela perspectiva generalista. Nas atividades informacionais em telecomunicações não se verificou um padrão de emprego para jovens caracterizado por baixo nível de remuneração, inseridos em ocupações mais simples e com maiores taxas de rotatividade. Os resultados mostram que o fato de ser “jovem” não necessariamente constitui uma condição desfavorável de inserção no mercado de trabalho. Há *jovens trabalhadores* empregados em condições semelhantes às condições de emprego de *trabalhadores não-jovens*, com níveis de remuneração média e alta, jornadas de trabalho por tempo integral, contratos de emprego por prazo indeterminado e níveis de instabilidade no emprego semelhantes às taxas dos trabalhadores não-jovens. Com isso, problematizam-se discussões que não só abordam a juventude de forma uniforme, mas que caracterizam a relação do jovem com o mercado de trabalho como precarizada e fragilizada.

As telecomunicações caracterizam-se por apresentar novos cenários de emprego para jovens, mas exige algum grau de qualificação, que se definiu pela instrução média, superior e técnica. O fato de ser “jovem” não caracteriza propriamente uma vantagem para inserção nesse mercado de trabalho, porém esse contexto de oportunidades transforma-se quando essa categoria possui maior instrução. A influência da escolaridade sobre as condições de emprego dos jovens verifica-se por meio do processo de diferenciação entre *jovens profissionalizados* e *jovens inseridos*.

Além dos *jovens profissionalizados* diferenciarem-se dos demais jovens, há um processo de integração laboral dos jovens profissionalizados às condições de emprego características de trabalhadores *não-jovens*. Em cenários de emprego constituídos pelo uso intensivo de conhecimento informacional existem condições de emprego favoráveis aos jovens em processo de profissionalização, visto que possuem requisitos demandados por atividades informacionais. Nesse sentido, a importância da experiência nos empregos sobre a inserção no mercado de trabalho não constitui o elemento determinante sobre os empregos, em atividades informacionais. A escolaridade é o atributo mais diferenciador no mercado de trabalho em telecomunicações, principalmente em atividades informacionais. A maior capacidade de apreender,

processar e aplicar os conhecimentos adquiridos a partir das mudanças tecnológicas torna-se um requisito valorizado em mercados de empregos dinâmicos como o de telecomunicações. Pode-se afirmar a partir dessas evidências que o setor de telecomunicações está entre esses novos cenários de empregos favoráveis a uma inserção sólida para os jovens trabalhadores, mas essa inserção sólida traz exigências referentes às condições econômicas e do mercado de trabalho informacional.

Além dessas constatações, duas questões surgem diante desse estudo. Assim como entre os jovens trabalhadores houve um processo de diferenciação, existiria um processo de diferenciação nas condições de emprego pela dimensão de gênero? Ou seja, em atividades informacionais, como estariam distribuídas as condições de emprego entre os homens e as mulheres? Haveria uma diferenciação também por esse aspecto?

A segunda questão trata-se da seguinte indagação: Como as atividades informacionais caracterizam-se por apresentar constante processo de inovação tecnológica, em setores intensivos no uso da inovação existiriam espaços de inserção para jovens nesse mercado de trabalho? Como são distribuídas as condições de emprego entre jovens e adultos e entre homens e mulheres?

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, Rosana. **Juventude e movimento migratório no Brasil**. In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.

CATTANI, Antonio David e HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 358p. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

CELLI, J. B. e OBUCHI, R. **Adolescents and Young adults in Latin America, Critical age: Young adults market experience**. BID. Instituto de Estudios Superiores de Administración. 2002.

CAMARANO E MELLO. **Introdução**. In: Transição para a vida adulta ou a vida adulta em transição? Rio de Janeiro. IPEA, 2006.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociologia e cultura**. Vol.1 – *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra. 1999.

_____. **A Galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar. 2003.

CHIESI, A. MARTINELLI, A. **O Trabalho como escolha e oportunidade**. *Revista brasileira de Educação*, São Paulo, ANPED, (5-6): 110-125. Maio a dezembro. 1997.

DERMONTT, S e FENTON, S. **Fragmented careers? Winners and Losers in Young adult labour markets**. *Work, Employment and Society*. Vol. 20(2). 205-221. SAGE Publications. London. 2006.

DRUCK, M da G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico**. Salvador. Edufba, 1999.

ELCHARDUS, M e SMITS, W. **The vanishing flexible: ambition, self-realization and flexibility in the career perspectives of young Belgian adults**. *Work, Employment and Society*. Vol. 22(2): 243-262. SAGE Publications. London. 2008.

GUIMARÃES. S. **A Reestruturação das telecomunicações e os sindicatos**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18. n 52. p. 81-107. 2003.

GUIMARÃES, N. **Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais**. In: Transição para a vida adulta ou a vida adulta em transição? Pp. 170-198. Rio de Janeiro. IPEA, 2006.

MADEIRA, Felícia R. **Educação e desigualdade no tempo da juventude**. In: Transição para a vida adulta ou a vida adulta em transição? Pp. 139-170. Rio de Janeiro. IPEA, 2006.

MARTINS, Heloisa H. Teixeira de Souza. **O Jovem no mercado de trabalho**. *Revista Brasileira de Educação*. N.6. P. 96-109. 1997.

_____. **O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador.** *Tempo Social*. USP, São Paulo, 13(2): 61-87, 2001.

MOCELIN, D. **Qualidade do emprego em contexto de mudança tecnológica: o caso das operadoras de telefonia móvel celular.** Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia. UFRGS. 2006.

_____. **Qualidade do emprego nas telecomunicações pós-privatizações.** In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 20. n 50, p. 299-318. 2007.

MTE. **Ministério do Trabalho e Emprego.** *Registros administrativos*. Brasília, DF, 2008. Acessado 09/06/2009. Disponível em: http://www.mte.gov.br/pdet/o_pdet/reg_admin/apres_reg_adm.htm

PERALVA, A e SPOSITO, M. **Juventude e contemporaneidade.** *Revista Brasileira de Educação*. Número 5 e 6. ANPED. 1997.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes.** Brasília: UNESCO, 2004.

ROCHA, S. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho.** *Caderno CRH*, Salvador, V.21, n. 54, p. 533-550, Set/Dez. 2008.

RUDUIT, S. G. **Relações interfirmas e emprego na rede de empresas: a experiência de externalização de uma empresa no setor de telecomunicações.** *Sociologias*. UFRGS. Porto Alegre, v.8, p.400-431, 2002.

SCHRADER, Achim. **Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais.** Org: Clarrisa Eckert Baeta e Emil Albert Sobottka. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS. 2002.

SENNET, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 204 p.: il.

SILVA, Elvis Vitoriano da. **Relações de trabalho nos centros de operações de duas empresas terceirizadas do setor de telecomunicações.** Monografia de curso. Departamento de Sociologia. UFRGS. 2006.

SILVA, Luis F. S. C. **Relações de trabalho em Call centers: flexibilidade laboral e perfis sócio-ocupacionais em novo cenário de emprego.** Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia. UFRGS. 2006.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da violência III.** Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Sociologia. UFRGS. 2009.

8. ANEXOS

GRUPO ETÁRIO:

Brutos:

ATE 17	4
18 A 24	157
25 A 29	219
30 A 39	234
40 A 49	45
50 A 64	16
Total	675

GÊNERO:

Brutos:

MASCULINO	449
FEMININO	226

Percentuais:

MASCULINO	67
FEMININO	33

ESCOLARIDADE FORMAL:

Brutos:

	Até fundamental	Médio	Sup. Incompleto	Sup. Completo	Total
18 A 24	19	77	44	17	157
25 A 29	13	61	59	86	219
30 A 39	23	59	30	122	234
40 A 49	10	15	5	15	45
50 A 64	3	6	3	4	16
	68	218	141	244	671

Percentuais: % em linha:

	Até fundamental	Médio	Sup. Incompleto	Sup. Completo
18 A 24	12	49	28	11
25 A 29	6	28	27	39
30 A 39	10	25	13	52
40 A 49	22	34	12	32
50 A 64	19	38	18	25

JORNADA DE TRABALHO:

Brutos:

	Até 12 h	16 a 20 h	21 a 30 h	31 a 40 h	41 a 44 h	
18 A 24	1	2	4	7	143	157
25 A 29	0	1	1	37	180	219
30 A 39	0	0	0	53	181	234
40 A 49	1	1	0	10	33	45
50 A 64	1	0	0	2	13	16
						671

CONTRATO DE TRABALHO:

Brutos:

	CLT U/PJ IND	CLT U/PJ DET	CONT PRZ DET	
ATE 17	4	0	0	4
18 A 24	156	1	0	157
25 A 29	218	0	1	219
30 A 39	232	1	1	234
40 A 49	45	0	0	45
50 A 64	15	0	1	16
Total	670	2	3	675

REMUNERAÇÃO: EM SALÁRIOS MÍNIMOS

Brutos:

	0,50 a 2	2,01 a 4	4,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	Mais de 15	Total
18 A 24	105	19	17	10	6	0	157
25 A 29	48	44	59	26	35	7	219
30 A 39	47	35	37	30	45	40	234
40 A 49	12	5	8	6	9	5	45
50 A 64	8	3	0	3	0	2	16
							671

Percentuais: % em linha

	0,5 a 2	2,01 a 4	4,01 a 7	7,01 a 1	10,01 a 15	Mais de 15,00
18 A 24	67	12	11	6	4	0
25 A 29	22	20	27	12	16	3
30 A 39	20	15	16	13	19	17
40 A 49	27	12	17	13	20	11
50 A 64	47	21	0	20	0	12

TEMPO DE EMPREGO: EM MESES

Brutos:

	Ate 2,9	3 A 5,9	6 A 11,9	12 A 23,9	24 A 35,9	36 A 59,9	60 A 119,9	120 OU MAIS	
18 A 24	21	20	40	42	19	10	5	0	157
25 A 29	10	19	29	60	31	28	36	6	219
30 A 39	11	24	28	34	22	44	53	18	234
40 A 49	0	5	9	8	2	8	9	4	45
50 A 64	0	0	2	3	1	7	1	2	16
Total	44	68	110	147	75	97	104	30	675

Percentuais: % em linha.

	Ate 2,9	3 A 5,9	6 A 11,9	12 A 23,9	24 A 35,9	36 A 59,9	60 A 119,9	120 OU MAIS
18 A 24	13	13	26	27	12	6	3	0
25 A 29	5	9	13	27	14	13	16	3
30 A 39	5	10	12	14	9	19	23	8
40 A 49	0	11	20	18	4	18	20	9
50 A 64	0	0	13	19	6	43	6	13

GRUPO OCUPACIONAL:

Brutos:

	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	
Memb. Sup. e Dirig. de Org.	2	11	24	7	2	46
Prof. das ciências/artes	40	104	116	7	4	271
Técnicos de nível médio	41	31	25	7	3	107
Trab. Serv. Administ.	44	43	33	17	1	138
Trab. serviços, vendas, comércio em lojas	17	12	12	3	2	46
Trab. produção de bens/serv. indust.	13	17	23	4	3	60
Trab serv. Repar/manut.	0	1	1	0	1	3
Total	157	219	234	45	16	671

Percentuais: % na coluna

	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64
Memb. Sup. e Dirig. de Org.	1	5	10	15	12
Prof. das ciências/artes	26	48	50	15	26
Técnicos de nível médio	26	14	11	15	19
Trab. Serv. Administ.	28	20	14	39	6
Trab. serviços, vendas, comércio em lojas	11	5	5	7	12
Trab. produção de bens/serv. indust.	8	8	10	9	19
Trab serv. Repar/manut.	0	0	0	0	6
Total	100	100	100	100	100

